



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

JAÍNE CRISTINA QUARESMA DOS SANTOS

A ANTIGA CASA DO GOVERNADOR: Parque da Residência, história e patrimônio
(1995-1998)

Ananindeua-PA

2025

JAÍNE CRISTINA QUARESMA DOS SANTOS

**A ANTIGA CASA DO GOVERNADOR: Parque da Residência, história e patrimônio
(1995-1998)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle.

ANANINDEUA-PA

2025

JAÍNE CRISTINA QUARESMA DOS SANTOS

**A ANTIGA CASA DO GOVERNADOR: Parque da Residência, história e patrimônio
(1995-1998)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do
Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle.

Data de Aprovação: 09/09/2025

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

Orientador

Universidade Federal do Pará – campus Ananindeua

Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes

Examinador(a)

Universidade Federal do Pará – campus Ananindeua

Profa. M.a. Victória Emi Murakami Vidigal

Examinador(a)

Universidade Federal do Pará

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, por me concederem força, persistência e sabedoria ao longo do percurso acadêmico e no processo de construção deste trabalho de conclusão de curso.

Ao meu pai, Elao Richard, e a minha mãe, Leila Cristina, por todo o amparo, apoio e incentivo a nunca desistir, por sempre estarem ao meu lado e por serem tudo na minha vida. Aos amigos Arthur Camarão, Brenda Araújo, Hellen Góes, João Vitor, Suzana Fontinele e Vinicius Corrêa, pela parceria, companheirismo e apoio que tornaram essa caminhada acadêmica mais leve e muito significativa.

Aos professores e professoras do curso de História da UFPA Campus Universitário de Ananindeua, pela formação e pelos ensinamentos compartilhados durante toda a graduação. Ao meu orientador, professor Wesley Oliveira Kettle, pela orientação criteriosa, paciência e disponibilidade ao longo da elaboração deste trabalho, contribuindo significativamente para o meu crescimento acadêmico.

A todas e todos que, de alguma forma, contribuíram nessa caminhada acadêmica, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

S237a Santos, Jaíne Cristina Quaresma dos.
A antiga casa do governador : Parque da Residência, história e patrimônio (1995-1998) / Jaíne Cristina Quaresma dos Santos. — 2025.
X,43 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Curso de História, Ananindeua, 2025.

1. Parque da Residência. 2. Requalificação. 3. Projeto Novo Pará. 4. Monumento. 5. Belém. I. Título.

CDD 363.69098115

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. De fortaleza a museu: as transformações no Louvre	14
3. Museu do Estado do Pará: a refiguração de um monumento histórico	16
4. Expressões do ferro: monumentos no Parque da Residência	20
5. Parque da Residência: a releitura da antiga casa do governador	23
6. Considerações finais	47
7. Referências	50

**A ANTIGA CASA DO GOVERNADOR: Parque da Residência, história e patrimônio
(1995-1998)**

Jaíne Cristina Quaresma dos Santos¹

Resumo: O Parque da Residência, localizado na avenida Governador Magalhães Barata, em Belém, é um espaço urbanístico aberto ao público que integra lazer, cultura, história e memória. Durante o século XX, o local foi residência oficial dos governadores do Estado. Em 1995, o então secretário de cultura e arquiteto Paulo Chaves iniciou a elaboração do projeto de restauro e revitalização, que resultou na transformação do espaço. Nesse sentido esta pesquisa busca compreender a importância histórica e patrimonial da transformação do Parque da Residência. O processo de transformação entre os anos de 1995 e 1998 mostra-se relevante não apenas por seu valor histórico e arquitetônico, mas sobretudo por revelar os caminhos e as escolhas que compõem a política patrimonial do Estado. Durante a investigação observou-se que essa transformação representou não apenas um gesto de preservação da memória, mas também uma construção simbólica do presente. A restauração de elementos como o palacete, o gasômetro, o pavilhão e outros componentes, evidenciou a intenção de manter viva a narrativa do passado da cidade e reafirmar marcos de sua história.

Palavras-chave: Parque da Residência; requalificação; Projeto Novo Pará; monumento; Belém.

¹ Formanda do curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Pará- Campus Ananindeua.
Contato: jaíne.cristina011@gmail.com

THE FORMER GOVERNOR'S HOUSE: Residence Park, history, and heritage (1995-1998)

Abstract: The Residence Park, located on Governador Magalhães Barata Avenue in Belém, is an urban space open to the public that combines leisure, culture, history, and memory. During the 20th century, the site was the official residence of the state governors. In 1995, the then Secretary of Culture and architect Paulo Chaves initiated a restoration and revitalization project, which resulted in the transformation of the space. In this sense, this research seeks to understand the historical and heritage importance of the transformation of the Residence Park. The transformation process between 1995 and 1998 is relevant not only for its historical and architectural value, but above all for revealing the paths and choices that make up the state's heritage policy. During the investigation, it was observed that this transformation represented not only a gesture of preserving memory, but also a symbolic construction of the present. The restoration of elements such as the palace, the gasometer, the pavilion, and other components highlighted the intention to keep alive the narrative of the city's past and reaffirm milestones in its history.

Keywords: Residence Park; redevelopment; Novo Pará Project; monument; Belém.

1. Introdução

O Parque da Residência, localizado na avenida Governador Magalhães Barata, em Belém, é um espaço urbanístico aberto ao público, que integra lazer, cultura, história e memória. Além disso, é a atual sede da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (Secult/PA). Durante o século XX, o local foi residência oficial dos governadores do Estado. Após seu tombamento em 1981 pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), o espaço foi desativado como residência oficial e permaneceu subutilizado entre 1980 e 1995 onde, o então secretário de cultura e arquiteto Paulo Chaves, iniciou a elaboração do projeto de restauro e revitalização, que resultou na transformação do espaço no que hoje é conhecido como Parque da Residência.

Segundo Marins e Schpun (2022), a história das cidades é marcada por constantes transformações em seus espaços, impulsionadas por dinâmicas sociais, políticas e culturais que redefinem a relação entre passado e presente ao longo do tempo. A requalificação do Parque da Residência entre 1995 e 1998 insere-se em um movimento mais amplo de ressignificação do patrimônio urbano, que busca preservar elementos arquitetônicos e históricos, ao mesmo tempo em que adapta esses espaços às necessidades contemporâneas, principalmente em um momento em que Belém passava por obras do Estado, como o projeto “Novo Pará”, que buscava valorizar a cultura e a identidade paraense.

Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender a importância histórica e patrimonial da transformação do Parque da Residência. Para isso, fundamenta-se nos conceitos de "arquitetura" e "monumento histórico", conforme discutidos por Paul Ricoeur, em *Arquitetura e Narratividade* (2016), e Françoise Choay, em *A Alegoria do Patrimônio* (2001). Para Ricoeur (2016, p. 22), a arquitetura não se limita a construção de espaços físicos, mas se configura como uma forma de expressão que dialoga com o tempo, a memória e a experiência humana. Ao aplicar o conceito de tríplice mimese à arquitetura, o autor estabelece um paralelo entre a construção de narrativas e a concepção dos espaços edificados.

A mimese I, denominada "prefiguração", refere-se ao conjunto de tradições e simbolismos que antecedem uma obra arquitetônica; no caso do Parque da Residência, essa fase corresponde ao período em que o espaço servia como residência oficial dos governadores do Pará, carregando significados políticos e sociais que precederam sua transformação em um parque urbanístico. A mimese II, ou "configuração", diz respeito a organização dos elementos

arquitetônicos em uma estrutura coerente e simbólica (Ricoeur, 2016, p. 22). Assim, a requalificação do Parque da Residência entre 1995 e 1998 incorporou diferentes estilos e funções, utilizando elementos como a arquitetura do ferro para narrar a trajetória do espaço e conferir-lhe uma nova identidade cultural.

Por fim, a mimese III, ou "refiguração", analisa a maneira como a sociedade interpreta e ressignifica a obra arquitetônica ao longo do tempo (Ricoeur, 2016, p. 22). No caso do Parque da Residência, essa fase se manifesta na apropriação do espaço pelo público, que lhe atribui novos significados e reafirma sua relevância como patrimônio cultural² da cidade de Belém.

Complementando essa perspectiva, Françoise Choay (2001, p. 19) realiza uma análise crítica do conceito de monumento histórico, argumentando que ele não se reduz a um legado do passado, mas é resultado de um processo de escolha e atribuição de valores históricos, culturais e estéticos. Em sua abordagem, a autora distingue os monumentos que surgem com a intenção original de serem preservados daqueles que, ao longo do tempo, são ressignificados e reconhecidos como patrimônio.

Nesse sentido, sua definição de "monumento por atribuição" aplica-se diretamente ao Parque da Residência, que, ao deixar de ser uma residência governamental e tornar-se um patrimônio público, passou a integrar a memória coletiva da cidade. Assim, a articulação dos conceitos de Ricoeur (2016) e Choay (2001) permite compreender o Parque da Residência não apenas como um espaço arquitetônico requalificado, mas como um lugar onde história, memória e identidade se entrelaçam, reafirmando sua importância na paisagem urbana de Belém.

A problemática de pesquisa que norteia este estudo é: Qual é a importância histórica e patrimonial do processo de transformação do Parque da Residência em Belém no contexto de sua requalificação como espaço público entre 1995 à 1998? A partir dessa questão, define-se o objetivo geral do trabalho: analisar a relevância histórica e patrimonial da construção do Parque da Residência. Para isso, foram propostos os seguintes objetivos específicos: (1) examinar as transformações de residências governamentais, a partir dos exemplos como o Museu do Louvre

² O termo patrimônio cultural é usado neste trabalho para se referir ao Parque da Residência por ser mais amplo, pois engloba mais do que edifícios históricos, como também a preservação da identidade e da memória coletiva, bem como o desenvolvimento do turismo cultural. Para saber mais, ler: CHAUI, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

e o Museu do Estado do Pará; (2) apresentar a arquitetura de ferro do Parque, com destaque para o Pavilhão Frederico Rhossard e o Teatro Gasômetro; (3) investigar o papel do Parque da Residência como patrimônio cultural de Belém.

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa documental para analisar o processo de transformação do Parque da Residência entre 1995 e 1998. Foram consultadas fontes históricas, como o documento do processo de tombamento³ do conjunto arquitetônico e paisagístico, que forneceu informações sobre quais foram os critérios adotados para o seu reconhecimento como patrimônio histórico da cidade de Belém, as matérias do jornal *O Liberal*⁴ desse período, que contribuíram para identificar as notícias sobre as intervenções realizadas no espaço, como também o próprio discurso jornalístico e político em relação a esse processo de restauração e revitalização. As plantas arquitetônicas⁵ analisadas viabilizaram compreender as modificações estruturais e adaptações dos elementos que compõem o Parque, e as fotografias⁶ do período de construção e pós-construção proporcionaram uma análise visual das mudanças ocorridas. Essa abordagem permitiu uma compreensão detalhada da requalificação do Parque da Residência e de sua importância como um espaço preservado na cidade de Belém.

O uso dessas fontes partiu do pressuposto de que não são neutras, mas carregam intencionalidades e seleções discursivas. A documentação do processo de tombamento, por exemplo, expressa apenas a perspectiva de profissionais da área técnica, como arquitetos e engenheiros, enquanto as matérias do jornal *O Liberal* refletem uma postura editorial específica, como apresentar apenas o discurso elitista do Estado em relação aos aspectos estéticos e turísticos do Parque da Residência. Conforme aborda Poulot (2011), os valores patrimoniais são construções sociais e políticas, que definem quais bens culturais serão preservados e quais serão desfavorecidos, e complementarmente, Nora (1993), afirma que a memória institucionalizada em “lugares de memória”, como museus, monumentos, e neste caso, também presente no próprio jornal através dos discursos, nunca é neutra, refletindo os interesses de poder e escolhas simbólicas. Nesse cenário, o jornal *O Liberal* que exalta a arquitetura europeia e o projeto do Parque da Residência durante todo o seu período de construção, funciona como um instrumento de patrimonialização elitista, reforçando hierarquias culturais e invisibilizando tradições locais. De forma crítica, é perceptível diante

³ Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. DPHAC. 1981-1995-1998.

⁴ Biblioteca Arthur Viana. *O Liberal*, 1995-1998.

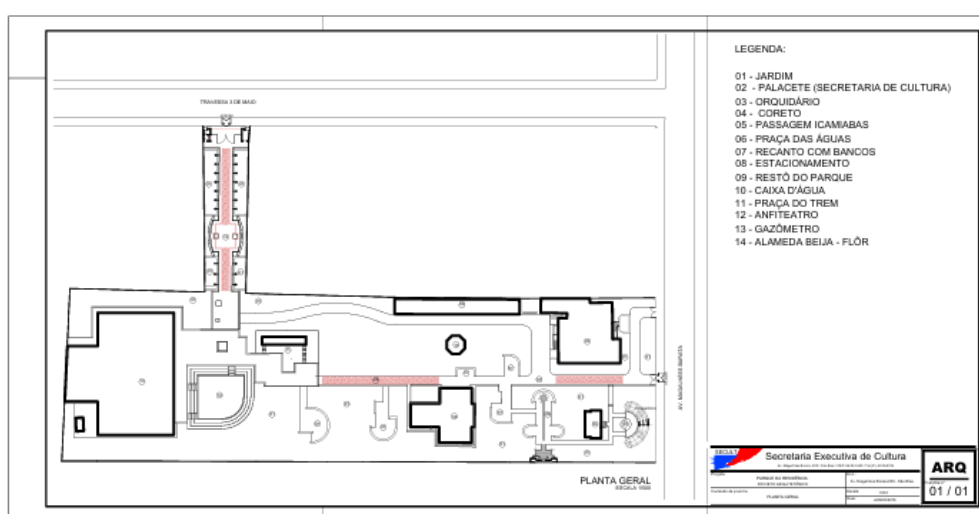
⁵ Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. DPHAC. 1981-1995-1998.

⁶ Secretaria de Estado de Cultura do Pará. Secult. 2000.

disto que tais matérias não apenas informam uma restauração, mas produzem e naturalizam uma visão de patrimônio centrada na valorização da influência europeia.

As plantas arquitetônicas (Imagem 1) e as fotografias, por sua vez, evidenciaram a lógica projetual do arquiteto Paulo Chaves Fernandes, privilegiando os ângulos que destacam a monumentalidade e a estética do Parque. Assim, ao perscrutar essas fontes históricas buscou-se não apenas identificar os discursos que elas transmitem, mas também revelar seus limites, a fim de compreender a valorização do patrimônio cultural de Belém no final da década de 1990, que destacava os aspectos da arquitetura europeia.

Imagem 1: Planta geral do Parque da Residência



Fonte: Secult, 2016

Estruturalmente, o trabalho organiza-se em quatro partes. A primeira discute as transformações ocorridas em moradias de governadores ao longo da história, tomando como referência o caso do Museu do Louvre. A segunda parte aborda a história do Museu do Estado do Pará, destacando sua função como residência governamental e a sua posterior transformação em museu. A terceira parte analisa a arquitetura de ferro em Belém, com ênfase nos monumentos presentes no Parque da Residência. Por fim, a quarta parte investiga o processo de revitalização e restauração do Parque da Residência e sua inserção como patrimônio cultural na cidade.

Ao articular esses elementos, o presente estudo pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas de preservação e transformação do patrimônio urbano em Belém, refletindo sobre a importância da memória arquitetônica na constituição da identidade cultural da cidade.

2. De fortaleza a museu: as transformações no Louvre

De acordo com Figueiredo (2018), as residências governamentais, historicamente associadas ao poder, passaram por transformações significativas ao longo do tempo. Muitas dessas construções, antes destinadas ao uso privado das elites, foram ressignificadas e se tornaram espaços públicos, educativos e culturais, atendendo as novas demandas da sociedade contemporânea. Essas adaptações não apenas ajudam a preservar a memória histórica, mas também tornam esses monumentos acessíveis ao público, conectando o passado ao presente e permitindo que as gerações atuais se identifiquem ou não com a história que esses espaços carregam.

Analisar as transformações ocorridas no Museu do Louvre é relevante por evidenciar como edificações inicialmente destinadas ao uso privado podem ser ressignificadas ao longo do tempo, assumindo novas funções simbólicas e culturais. Ao estabelecer um paralelo com o Parque da Residência, observa-se um processo semelhante de requalificação, no qual uma antiga moradia governamental é adaptada para fins públicos e culturais, e com o mesmo cuidado em manter a arquitetura original dos monumentos, visto que, tanto o projeto Grande Louvre como projeto Novo Pará buscavam manter viva a memória que esses espaços carregam em relação a história de suas respectivas cidades, por meio de seus aspectos estéticos e estruturais. Tal associação permite refletir, sob uma perspectiva comparativa, sobre o papel do patrimônio edificado na constituição da valorização da identidade histórica dos espaços.

Localizado em Paris, na França, o Museu do Louvre é um dos espaços culturais mais importantes e visitados do mundo. Sua história é marcada por diversas transformações, refletindo as mudanças políticas, sociais e culturais da França ao longo dos séculos. Inicialmente, o Louvre foi projetado como uma fortaleza medieval no século XII, construída sob as ordens do rei Filipe Augusto (Filipe II), às margens do Rio Sena, entre 1180 e 1223, com a finalidade de defender Paris de invasões externas, como as incursões dos vikings. Ela “tratava-se de uma construção de forma quadrilátera, em aparelho robusto de pedra, com uma dezena de torres perimetrais, tendo ao centro uma torre de menagem alta e circular, dando à fortaleza um caráter de refúgio quase inexpugnável.” (Murtinho, 2018, p. 19).

Com o tempo, a fortaleza foi transformada em um castelo durante o reinado de Carlos V no século XIV. As reformas realizadas nesse período incluíram a adição de apartamentos e

espaços de recreação, o que fez do Louvre uma residência real. No entanto, após a morte de Carlos V, seus sucessores preferiram residir em outros palácios, e o Louvre foi gradualmente abandonado. (Novaes, 1994, p. 262).

Conforme aborda Novaes (1994), no século XVI, o rei Francisco I ordenou a demolição de parte da antiga fortaleza para a construção de um palácio em estilo renascentista. Durante o reinado de Francisco I, o Louvre começou a se transformar em um centro de arte, com a introdução de importantes coleções, incluindo a famosa Mona Lisa, de Leonardo da Vinci, em 1564. Seus sucessores, Catarina de Médicis e Henrique II, continuaram as reformas, com o projeto do arquiteto Philibert Delorme, que também construiu o Palácio de Tulherias. Henrique IV completou as reformas iniciadas por Catarina, criando uma galeria que conectava o Palácio do Louvre ao Tulherias. No século XVII, Luís XIV usou o Louvre como residência temporária, mas logo se mudou com a corte para o Palácio de Versalhes, deixando o Louvre para o uso da Academia das Ciências e da Academia de Pintura e Escultura.

Segundo a abordagem de McClellan (2012), o Louvre começou sua transformação em um museu em 1776, com a abertura da Grande Galeria como um museu francês. Durante a Revolução Francesa, em 18 de novembro de 1793, o espaço foi oficialmente aberto ao público e se tornou o Museu Central de Artes, um ano após a abolição da monarquia. Durante o período napoleônico, o acervo do museu foi ampliado por meio das conquistas militares e da política expansionista de Napoleão Bonaparte. Napoleão III, por sua vez, contratou os arquitetos Louis Viscont e Hector Lefuel para realizar obras adicionais, criando o Pátio Napoleão.

Em 23 de maio de 1871, durante a Comuna de Paris, o Palácio de Tulherias foi incendiado, restando apenas as paredes estruturais. Embora o Louvre não tenha sido atingido pelo fogo, o governo francês decidiu, em 1883, demolir completamente o Palácio de Tulherias, mantendo apenas o seu jardim. Com base na abordagem de Braga *et al.*, (2009) no século XX, o presidente François Mitterrand lançou o projeto "Grande Louvre", e em 1983 escolheu o arquiteto Ieoh Ming Pei para realizar novas adaptações no Louvre. A proposta de Pei foi a construção de uma pirâmide de vidro e aço, que modernizou o espaço, melhorando a circulação dos visitantes e permitindo uma melhor distribuição das exposições.

A pirâmide, ao mesmo tempo em que respeita a arquitetura histórica do Louvre, traz uma proposta contemporânea ao museu, com a divisão do espaço em três alas: Sully (leste), Richelieu (norte) e Denon (sul). Essas alas abrigam importantes coleções, como as

Antiguidades Orientais, Egípcias, Gregas, Etruscas e Romanas, Esculturas, Arte Islâmica, Pinturas, Objetos de Arte e Artes Gráficas. Entre as obras mais destacadas estão o Código de Hamurabi, a Vitória de Samotrácia, a Vênus de Milo, o Escriba Sentado e a mundialmente conhecida, Mona Lisa.

O Museu do Louvre não é apenas um repositório de arte, mas também um testemunho da história da França e das transformações que passou. Suas mudanças ao longo dos séculos ilustram como a arquitetura de um monumento pode ser uma narrativa em si mesma, refletindo os processos históricos e sociais da sociedade que o construiu. A partir da perspectiva de Paul Ricoeur (2016), a narrativa arquitetônica do Louvre não é estática, mas é recontada a cada nova geração de visitantes, sendo constantemente reinterpretada. A cada modificação, o Louvre narra as transformações vividas pela sociedade francesa, funcionando como um elo entre o passado e o presente.

Françoise Choay (2001), por sua vez, destaca a importância da preservação dos monumentos históricos, como o Louvre, não apenas como um meio de manter a memória histórica, mas como um “testemunho vivo” da sociedade. Para Choay, a preservação do Louvre é um exemplo de como um monumento pode se adaptar às necessidades contemporâneas sem perder seu valor histórico. O museu e outros espaços de memória, como o Parque da Residência, em suas diferentes formas, refletem a ressignificação de espaços que, apesar de seus passados reais, se transformaram em espaços públicos e culturais, mantendo-se relevantes na atualidade.

3. Museu do Estado do Pará: a refiguração de um monumento histórico

O Museu do Estado do Pará (MEP) desempenha um papel relevante no contexto das residências governamentais que, ao longo do tempo, passaram por processos de ressignificação. Localizado em Belém, o edifício reflete, por meio de sua arquitetura e acervo, as transformações culturais, políticas e sociais que marcaram tanto o espaço quanto a região. Assim, ele estabelece um diálogo entre passado e presente, assumindo o papel de monumento histórico que preserva a memória local.

Segundo a análise de Figueiredo (2018), a trajetória do MEP remonta ao século XVIII, quando, em 1753, o arquiteto bolonhês Antônio José Landi foi enviado a Belém para integrar a Comissão Demarcadora de Limites, por determinação da Coroa portuguesa, em cumprimento

ao Tratado de Madri. Ao chegar à cidade, o então governador Manoel Bernardo de Mello e Castro encomendou-lhe o projeto de uma nova residência para os governadores, uma vez que a estrutura existente, construída em taipa de pilão, encontrava-se em ruínas, forçando os dirigentes da capitania a residirem em imóveis alugados. O projeto inicial previa uma construção simples, que atendessem a necessidade de uma habitação digna para os governantes.

Com a ascensão de Fernando da Costa de Athaíde Teive ao governo da capitania, em 1763, houve uma mudança na concepção da residência. O novo governador solicitou a Landi a elaboração de um projeto mais exuberante e sofisticado, compatível com os materiais disponíveis na região e com a importância institucional do edifício, que também servia como sede administrativa da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Dessa forma, a construção deveria expressar, por meio de sua arquitetura, a distinção, o poder e a autoridade colonial. As obras foram concluídas em 1771, e no ano seguinte o palácio passou a ser ocupado pelo governador João Pereira Caldas. A grandiosidade da edificação refletia a força do domínio português sobre a colônia, que, impulsionada pela exploração dos recursos naturais, encontrava-se em processo de desenvolvimento.

A arquitetura do edifício também evidenciava a rígida estrutura social da época. Nesse sentido, Leão (2021, p. 51) aborda que:

A capela existente no prédio servia às pessoas residentes no palácio, mas raras vezes era aberta ao povo (escravos, indígenas, soldados e homens livres), sendo que estes poderiam assistir ao serviço religioso do pátio térreo junto com os servidores do prédio, enquanto que os residentes do edifício assistiam das tribunas localizadas no segundo piso. (Leão, 2021, p. 51).

O autor ainda destaca que a construção do Palácio dos Governadores constituiu uma das grandes realizações arquitetônicas dos portugueses na América, consolidando-se como marco do poder colonial. Entretanto, ao longo dos séculos, a edificação passou por sucessivas reformas e intervenções decorativas, que buscavam adequá-la aos distintos contextos históricos vivenciados pela cidade. Algumas dessas modificações alteraram o traçado original concebido por Landi, como ocorreu em 1803, durante o governo de D. Marcos Noronha de Brito, Conde dos Arcos, quando foram realizadas restaurações no mobiliário e adquiridas peças vindas de Lisboa.

Além de seu papel político e administrativo, o palácio adquiriu importância cultural. Em 8 de setembro de 1793, por exemplo, a capela do edifício foi o ponto de partida da primeira procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Durante o século XVIII, a arquitetura da construção manteve suas características coloniais, mas, a partir do século XIX, o edifício passou por transformações significativas, tornando-se palco de importantes eventos históricos, como a proclamação da adesão do Pará à Independência do Brasil, ocorrida em 15 de agosto de 1823, no salão principal do Palácio. Posteriormente, durante a Cabanagem, o prédio também foi cenário de acontecimentos marcantes. (Silva, 2021, p. 53).

No período imperial, o Palácio dos Governadores foi alvo de melhorias estruturais, além da aquisição de novas obras decorativas e de registros heráldicos. Entre essas alterações, destaca-se a substituição do brasão d'armas do Império Português pelo brasão d'armas do Império Brasileiro, como forma de exaltar a nova fase política inaugurada com a aclamação de D. Pedro I. Com a instauração da República, os governadores passaram a almejar uma ampla reforma que eliminasse as referências coloniais e imperiais do edifício, afastando-o da imagem monárquica à qual estava historicamente vinculado.

Conforme destaca Leão (2021, p. 52), “a mais importante reforma ocorreu durante o governo de Augusto Montenegro, especialmente entre os anos de 1901 e 1906, e tinha por intenção torná-lo compatível com os ideais modernos do republicanismo positivista”. Montenegro contou com a colaboração do arquiteto francês Joseph Cassé, cuja formação artística incorporava influências do art nouveau, do revivalismo e do orientalismo. Para a renovação do Palácio, Cassé utilizou materiais importados, como pedra de lioz vinda de Lisboa para a calçada e o entorno do edifício, mosaicos coloridos italianos para o piso de entrada, além de lustres, vitrais, móveis e parquetarias, que conferiam um caráter refinado e cosmopolita a edificação.

Além disso, Silva (2021) enfatiza que as intervenções empreendidas por Cassé modificaram substancialmente a antiga estrutura colonial, transformando-a em um símbolo dos ideais republicanos. As escadarias originais foram substituídas, os salões receberam novas nomenclaturas e decorações condizentes com diferentes estilos artísticos, como o Salão Renascença (salão dos presidentes), o Salão Império (antessala do salão de honra), o Salão Pompeiano e o Salão Art Nouveau (antessala do gabinete do governador). As referências a Antiguidade Clássica, amplamente utilizadas na composição estética dos espaços, refletiam o

desejo de Augusto Montenegro de projetar o Pará como um estado moderno e culturalmente desenvolvido.

Em 1994, o Palácio dos Governadores foi transformado no Museu do Estado do Pará, passando a ser denominado também de Palácio Lauro Sodré. O edifício, que ao longo dos séculos sofreu diversas reformas e perdeu completamente o traçado original de Landi, foi restaurado na década de 1970, recuperando características do século XVIII. Segundo Choay (2001), o palácio pode ser compreendido como um “monumento por atribuição”, pois sua preservação não se dá apenas por seu valor artístico ou arquitetônico, mas sobretudo pelo papel que desempenha na construção da memória coletiva, abarcando desde o período colonial até a República.

A transição do antigo Palácio-residência para um espaço museológico reflete a mudança de valores atribuídos ao patrimônio arquitetônico, que deixou de ser exclusivamente utilitário para tornar-se um local de resgate histórico e de identidade cultural. Sob a perspectiva de Ricoeur (2016), a arquitetura pode ser compreendida como uma narrativa que reconta o espaço e ressignifica as vivências humanas ao longo do tempo. Assim, o Palácio Lauro Sodré, ao sofrer sucessivas intervenções, foi sendo refigurado, adaptando-se as novas funções e demandas socioculturais da cidade. Essa reconfiguração histórica reforça o papel do MEP como uma ponte entre o passado e o presente, onde a preservação do edifício enquanto monumento histórico contribui para a valorização do patrimônio cultural de Belém.

Dessa forma, as transformações ocorridas no Museu do Louvre e no Museu do Estado do Pará evidenciam um fenômeno recorrente na história da arquitetura e do patrimônio: a ressignificação de edifícios originalmente concebidos como espaços de poder em instituições voltadas a preservação da memória e a democratização do acesso à cultura. No Louvre, a transição de fortaleza medieval para palácio real e, posteriormente, para um dos museus mais “emblemáticos” do mundo reflete a adaptação das edificações às novas demandas sociais e políticas. De modo análogo, o Palácio Lauro Sodré passou por sucessivas modificações que acompanharam as mudanças do regime político no Brasil, culminando em sua conversão em um museu no final do século XX.

Esse mesmo processo de refiguração pode ser observado no Parque da Residência, cuja transformação de moradia oficial dos governadores para espaço público cultural reflete uma dinâmica semelhante de ressignificação patrimonial. Assim, essas edificações, embora distintas

em escala e contexto, compartilham a característica de serem “narrativas arquitetônicas vivas”, que não apenas preservam o passado, mas também dialogam com o presente, reafirmando a importância da memória urbana na construção da identidade social.

4. Expressões do ferro: monumentos no Parque da Residência

A reconfiguração dos espaços urbanos e arquitetônicos de Belém não se restringe apenas à transformação de edifícios administrativos e residenciais em patrimônios culturais, mas também se manifesta nas influências estéticas e estruturais que moldaram a cidade ao longo do tempo. Nesse contexto, a arquitetura de ferro surge como um dos elementos mais marcantes no processo de modernização urbana entre os séculos XIX e XX, refletindo as mudanças econômicas, sociais e culturais da época.

Importado da Europa, esse material tornou-se símbolo do progresso e do refinamento estético, sendo amplamente utilizado em construções como o Pavilhão Frederico Rhossard e o Teatro Gasômetro. Esses monumentos, assim como o Museu do Estado do Pará e o Parque da Residência, carregam camadas narrativas que revelam diferentes períodos da história da cidade, evidenciando o modo como a arquitetura não apenas estrutura o espaço, mas também ressignifica as relações sociais e culturais ao longo do tempo.

Barra (2003) argumenta que no Brasil, entre meados do século XIX e o início do século XX, a ascensão da classe burguesa promoveu mudanças significativas na organização dos espaços urbanos, influenciadas pelos valores estéticos e culturais europeus. Esse fenômeno se manifestou nas vestimentas, nos hábitos cotidianos e, sobretudo, na arquitetura, com a introdução do ecletismo como expressão do progresso e do refinamento social. Embora o ferro já fosse amplamente utilizado na Europa desde o início do século XIX, no Brasil ele representava uma inovação associada a modernidade e ao desejo da elite de reproduzir os padrões arquitetônicos europeus. Algumas cidades, como Fortaleza, Recife, Manaus e Belém, destacaram-se pela importação desse material, que passou a compor mercados, pavilhões, postes e demais elementos urbanos.

Ainda segundo a autora, em Belém, a chegada do ferro coincidiu com um intenso processo de transformação urbana impulsionado pelo ciclo da borracha, cujos lucros viabilizaram a incorporação de elementos da Belle Époque à paisagem da cidade. A remodelação do espaço urbano inspirada em Paris fez com que o ferro fosse amplamente

empregado não por necessidade estrutural ou climática, mas como um símbolo de status e modernidade. Esse material foi utilizado em edificações públicas, mobiliário urbano e monumentos, como o Pavilhão Frederico Rhossard, implantado inicialmente na Praça da República em 1909, durante a administração do intendente Antônio Lemos. Nomeado em homenagem ao poeta e jornalista paraense Frederico Rhossard, o pavilhão exemplificava a tendência de dotar os espaços públicos de atrativos que reforçassem a sofisticação da cidade, alinhando-se as aspirações da elite local.

Complementarmente, Cordeiro (2022) observa que a trajetória do Pavilhão Frederico Rhossard ilustra como os monumentos em ferro foram ressignificados ao longo do tempo. Em 1930, ele sofreu alterações estruturais e passou a abrigar um sanitário público semienterrado, destinado principalmente aos motoristas dos carros de aluguel que circulavam na região. Essa mudança reflete o modo como os espaços urbanos eram constantemente adaptados para atender as necessidades do período. Posteriormente, na década de 1940, o pavilhão foi retirado da Praça da República e transferido para o jardim da antiga residência dos governadores, atual Parque da Residência. Esse deslocamento não apenas alterou seu contexto original, mas também conferiu ao monumento um novo significado, incorporando-o ao acervo patrimonial do Parque e reforçando sua condição de testemunho da arquitetura de ferro do século XIX.

A análise dessa transformação pode ser compreendida conforme o conceito de “monumento histórico” de Choay (2001), que distingue os monumentos concebidos para exaltar eventos ou figuras históricas daqueles que, por decisão consciente da sociedade, são preservados pelo seu valor patrimonial. O Pavilhão Frederico Rhossard, inicialmente concebido para compor a paisagem urbana da Praça da República, adquiriu novo status ao ser deslocado para o Parque da Residência, passando de um elemento utilitário para um marco da memória coletiva. Nesse sentido, a preservação do pavilhão reafirma a noção de que o patrimônio arquitetônico não é estático, mas se transforma em resposta as mudanças socioculturais e as políticas de conservação urbana.

Além do Pavilhão Frederico Rhossard, o Parque da Residência abriga outro exemplar significativo da arquitetura de ferro: o Teatro Estação Gasômetro. Sua história remonta ao século XIX, período em que Belém passava por um processo de modernização que exigia melhorias na infraestrutura urbana, incluindo a iluminação pública. Segundo a Secult (2000), até 1854, a cidade era iluminada por lampiões abastecidos com azeite de andiroba; entre 1854 e 1864, passou a utilizar gás líquido, substituído posteriormente pelo gás hidrogênio carbonado.

Foi nesse contexto que, em 13 de maio de 1864, foi inaugurado o Gasômetro, responsável pelo abastecimento de 700 lâmpadas distribuídos pela cidade.

Ainda segundo a Secult (2000), com a introdução da eletricidade, o sistema de iluminação a gás tornou-se obsoleto. Em 1896, a Companhia de Gás do Pará Ltda. foi adquirida pela The Pará Electric Railway and Lighting C^o Ltda., e o antigo Gasômetro passou a ser gradativamente desativado. Durante décadas, a estrutura permaneceu em desuso, até que, em 1995, os proprietários da Importadora S.A. (concessionária Chevrolet) manifestaram interesse em utilizar o terreno onde se encontrava a estrutura do galpão para fazer a construção de uma nova oficina. Ao descobrirem sua importância histórica por meio de pesquisas conduzidas pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, decidiram doar a estrutura ao governo estadual.

Como parte de um movimento de valorização do patrimônio histórico de Belém no final do século XX, o Gasômetro foi remontado em seu traço original, mas com adaptações para sua nova função como teatro, que será abordado mais adiante. Essa transformação reflete a mesma dinâmica de ressignificação observada no Pavilhão Frederico Rhossard: um espaço outrora vinculado a urbanização e a infraestrutura da cidade foi reconfigurado para atender às demandas culturais contemporâneas. Preservando sua estrutura de ferro do século XIX, o Teatro Estação Gasômetro mantém viva a memória da industrialização de Belém, ao mesmo tempo em que se reinventa como um polo de produção artística, reafirmando a arquitetura como um elemento narrativo que se adapta e se ressignifica ao longo do tempo.

Assim, tanto o Pavilhão Frederico Rhossard quanto o Teatro Estação Gasômetro demonstram como o patrimônio arquitetônico de Belém foi sendo reconfigurado para atender a novas funções e valores sociais, sem perder sua conexão com a memória histórica da cidade. A exemplo do Museu do Estado do Pará, cujas transformações ao longo dos séculos ilustram o conceito de refiguração arquitetônica proposto por Ricoeur (2016), esses monumentos evidenciam que o patrimônio não é apenas um vestígio do passado, mas um espaço vivo, sujeito a contínuas ressignificações. No contexto do Parque da Residência, essas estruturas em ferro, originalmente projetadas para outros fins, foram incorporadas a um novo espaço urbano, demonstrando que a preservação do patrimônio vai além da conservação material: é também um processo de reinvenção que mantém viva a identidade cultural da cidade.

5. Parque da Residência: a releitura da antiga casa do governador

A antiga residência oficial dos governadores do Estado do Pará, hoje conhecida como Parque da Residência, representa a transformação e o processo de ressignificação de patrimônios em contextos urbanos, nos quais antigos símbolos de poder ganham novos significados e funções, como destaca Choay (2001) em sua abordagem já apresentada. Essa trajetória de ressignificação do Parque, no entanto, só pode ser compreendida a partir do entendimento da história da edificação na estrutura urbana de Belém, nos contextos da Belle Époque e do século XX, desde sua construção como moradia de uma família da elite de Belém até sua conversão em espaço público no final da década de 1990, pois a casa (hoje atual sede da Secult) passou por diversas fases que refletem as mudanças na relação entre patrimônio, sociedade e cidade.

No contexto da Belle Époque em Belém, segundo os autores Junior e Nunes (2021):

As famílias ligadas às atividades mais tradicionais foram se adaptando e se interligando às novas frentes econômicas que surgiram na cidade, engendrando, assim, uma nova configuração de parcerias que acabava por interferir na interação entre essas famílias. Os grupos sociais e as famílias de maiores posses se estabeleceram no território, e sua riqueza era expressa, entre outras maneiras, através de suas moradias. (Junior e Nunes, 2021, p. 411).

Esse modo de viver e essas interações foram muito visíveis em uma família específica da elite paraense, para o enfoque deste trabalho. Conforme a abordagem de Cancela (2009), a família Pombo, de origem galega, estabeleceu-se na região do Grão-Pará no século XVIII, consolidando-se inicialmente como uma das linhagens tradicionais por meio da acumulação de terras, engenhos e atividades pecuaristas, com uso intensivo da mão de obra escravizada. Ao longo do século XIX, especialmente com o advento da economia da borracha, os descendentes da família adaptaram-se ao novo cenário econômico, incorporando a extração de seringa ao seu conjunto patrimonial, o que resultou no significativo aumento do valor de suas propriedades, especialmente nas ilhas do Marajó. A fim de preservar e ampliar seu prestígio social, os Pombo recorreram a alianças matrimoniais estratégicas, como a união entre Ambrósio Henriques da Silva Pombo e Floripes Chermont de Miranda, pertencente as tradicionais famílias Chermont e Miranda, igualmente inseridas no universo da grande propriedade rural e da pecuária, reforçando uma rede de poder e distinção social entre os grupos da elite paraense.

A trajetória da família Pombo evidencia não apenas a preservação de suas tradicionais propriedades rurais, mas também uma significativa ampliação de seu patrimônio urbano em Belém. Com o fortalecimento da economia gomífera e a crescente valorização dos espaços urbanos, os Pombo investiram na aquisição de casas, terrenos e imóveis na capital,

diversificando suas fontes de renda e consolidando sua presença na cidade em franca expansão. Essa estratégia patrimonial demonstrava uma adaptação consciente às novas dinâmicas econômicas, em que a renda fundiária urbana e o mercado imobiliário tornaram-se instrumentos fundamentais para a manutenção da posição social e da influência política das antigas elites. Assim, a família não apenas preservou seu prestígio herdado das atividades agrárias, mas também o renovou, associando-o ao novo perfil de riqueza que emergia na Belém do final do século XIX.

Ainda segundo Cancela (2009), a ampliação do patrimônio urbano pela família Pombo integrava uma tendência mais ampla entre as elites paraenses, que buscavam reforçar sua posição de prestígio por meio da posse de imóveis em áreas estratégicas da cidade. A aquisição de casas e terrenos em Belém não apenas garantia rendimentos por meio de alugueis, diante do crescimento populacional impulsionado pelo ciclo da borracha, como também assegurava visibilidade social, como foi apresentado na abordagem dos autores Junior e Nunes (2021), que era elemento crucial para a afirmação da distinção entre os grupos dominantes. O investimento em bens urbanos, especialmente em bairros em expansão, evidenciava a capacidade das antigas famílias proprietárias de adaptarem suas práticas econômicas às novas dinâmicas urbanas, combinando tradição agrária com modernização patrimonial. Dessa forma, os Pombo souberam preservar seu legado histórico ao mesmo tempo em que se inseriram nas transformações socioeconômicas da Belém da virada do século.

Esse processo de consolidação patrimonial da família Pombo em Belém pode ser exemplificado de forma concreta na história do imóvel que hoje abriga a sede da Secretaria de Estado de Cultura do Pará. Segundo a própria Secult (2000), a casa situada na Avenida Magalhães Barata foi herdada pelos irmãos Alberto de Miranda Pombo e o Coronel José de Miranda Pombo, como parte do inventário de bens de seu pai, o coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo. A propriedade compreendia dois terrenos com dimensões expressivas — 27,95 metros de frente por 155,50 metros de fundo —, evidenciando não apenas o poder aquisitivo da família, mas também a escolha estratégica de localização, em um eixo urbano que ganharia importância nas décadas seguintes.

A expressiva dimensão do imóvel herdado por Alberto de Miranda Pombo e o Coronel José de Miranda Pombo, além de revelar o poder econômico da família, também se insere em um contexto mais amplo de redefinição do espaço doméstico entre as elites urbanas da época. Conforme analisam Júnior e Nunes (2021), uma das novas exigências das famílias burguesas nesse contexto era o afastamento do olhar público e a valorização de ambientes mais íntimos e

reservados, fenômeno que conferiu a residência um papel simbólico de refúgio e representação social.

Nessa perspectiva, a localização estratégica do imóvel em uma área valorizada de Belém, aliada a escala do terreno e ao cuidado estético projetual, insere-se na lógica de distinção e conforto que marcava os modos de habitar das camadas dominantes. Assim, o investimento dos Pombo nessa propriedade urbana não se resumia a um movimento de adaptação econômica, mas refletia também um processo de afirmação simbólica e espacial da posição social da família no cenário urbano da capital paraense. Júnior e Nunes (2021) ressaltam ainda que a distância do imóvel em relação ao centro da cidade fazia parte de uma escolha consciente das elites burguesas, que buscavam áreas mais tranquilas e menos expostas ao movimento urbano intenso. A antiga Avenida Independência, hoje atual Avenida Governador Magalhães Barata, embora cruzada pela estrada de ferro responsável pela circulação de produtos entre o interior e a capital, ainda preservava características que permitiam a criação de residências com ares de casa de campo.

A localização do imóvel da família Pombo reflete exatamente essa lógica: ao mesmo tempo em que permanecia conectada aos fluxos urbanos, proporcionava o isolamento e a tranquilidade valorizados pelas camadas mais abastadas. O amplo terreno herdado por Alberto e José de Miranda Pombo reforça essa concepção, permitindo à família o usufruto de um espaço que conciliava centralidade estratégica e afastamento simbólico, configurando um estilo de habitação alinhado aos novos padrões de distinção da elite urbana paraense no final do século XIX. Os autores também destacam que a residência localizada no número 830 da então avenida Independência, construída pela família Pombo em estilo eclético, refletia o desejo de afirmação por meio de projetos arquitetônicos sofisticados. A edificação expressava os valores estéticos e sociais de um grupo que buscava visibilidade e distinção dentro do cenário urbano em expansão. A importância simbólica do imóvel é confirmada quando, em 25 de julho de 1913, passou a abrigar oficialmente o governador Dr. Enéas Martins. A incorporação da residência à esfera pública se efetivaria nos anos seguintes, com o Estado passando a alugá-la, até que, em 1925, a propriedade foi adquirida pela General Rubber Company of Brasil, uma empresa norte-americana.

De acordo com o registro da Secult (2000), os terrenos anteriormente pertencentes a família Pombo passaram por novas transformações patrimoniais ao longo do século XX. Em 1931, as edificações foram transferidas da General Rubber Company of Brasil para a Companhia Ford Industrial do Brasil, outra empresa americana envolvida com a produção de

borracha na região amazônica. Essa transação evidencia a valorização estratégica do imóvel não apenas por seu valor arquitetônico, mas também por sua localização privilegiada em uma área consolidada da cidade. Dois anos depois, já sob a administração do interventor federal Magalhães Barata, o Estado do Pará adquiriu oficialmente o terreno unificado — com 55,90 metros de frente por 155,50 metros de fundo —, incorporando as duas edificações geminadas e todo o mobiliário existente. Essa incorporação ao patrimônio público marcou uma nova etapa na trajetória do imóvel, agora inserido nas estratégias estatais de uso institucional e, posteriormente, cultural. Após a aquisição, os prédios passaram por adaptações em 1934, consolidando sua função dentro da estrutura administrativa do Estado.

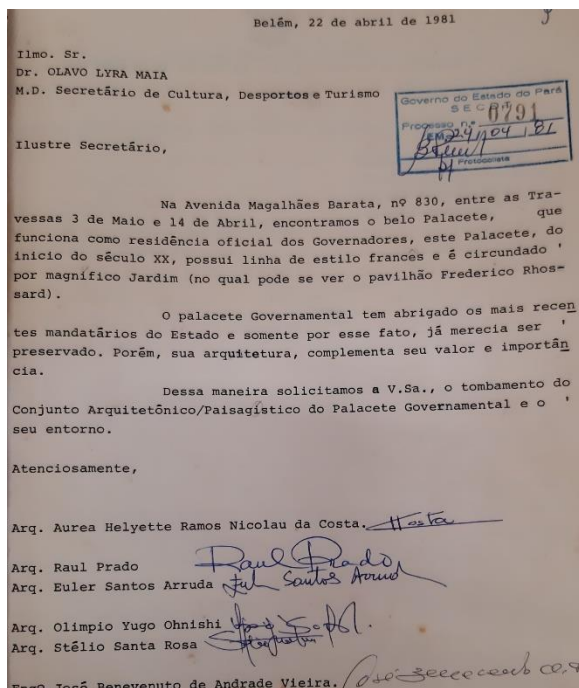
Ainda segundo a Secult (2000), ao longo das décadas finais do século XX, o antigo palacete da avenida Magalhães Barata foi atravessado por novos usos e intervenções que reforçam sua condição de testemunho histórico incorporado à rede urbana de Belém. A ampliação da área em 1980, com a anexação de um terreno que permitiu a criação de uma entrada independente e de uma garagem, assim como a construção de um gazebo nos jardins, evidencia o redirecionamento simbólico da edificação para práticas cerimoniais e sociais (dos governantes e da elite da época), sem, no entanto, apagar sua função institucional anterior (apenas moradia). Ainda na década de 1980, a residência oficial do Governo do Pará foi transferida para a Granja Icuí, encerrando um ciclo em que o imóvel servia diretamente a representação política do Estado. A tentativa de readequação do edifício em 1992 resultou em uma obra inacabada, deixando a estrutura vulnerável a ação do tempo, intempéries e deserção.

A descontinuidade no uso e a degradação física, no entanto, não impediram o reconhecimento do seu valor histórico, já que, em 1981, o imóvel foi protegido legalmente por meio de tombamento em nível estadual. A partir da abordagem de Françoise Choay (2001), é possível compreender esse tombamento não apenas como um ato de preservação física, mas como a consagração do edifício como monumento histórico moderno com expressão de valores simbólicos, políticos e culturais, que transcendem sua materialidade. A residência da família Pombo, transformada ao longo das décadas em sede do governo e, posteriormente, em bem tombado, revela o modo como a “sociedade” inscreve no espaço urbano marcas do passado que desejam manter vivas. Sob essa perspectiva, o conceito de arquitetura como narratividade, proposto por Paul Ricoeur (2016), é igualmente pertinente: o edifício narra, em sua permanência e em suas camadas construtivas, a trajetória da elite local, os ciclos da economia gomífera, os usos políticos do espaço e a institucionalização da memória. Mesmo com adaptações, adições e períodos de abandono, o palacete permaneceu como um artefato

interpretável, cuja presença concreta na cidade de Belém constitui um elo entre tempo, história e identidade coletiva.

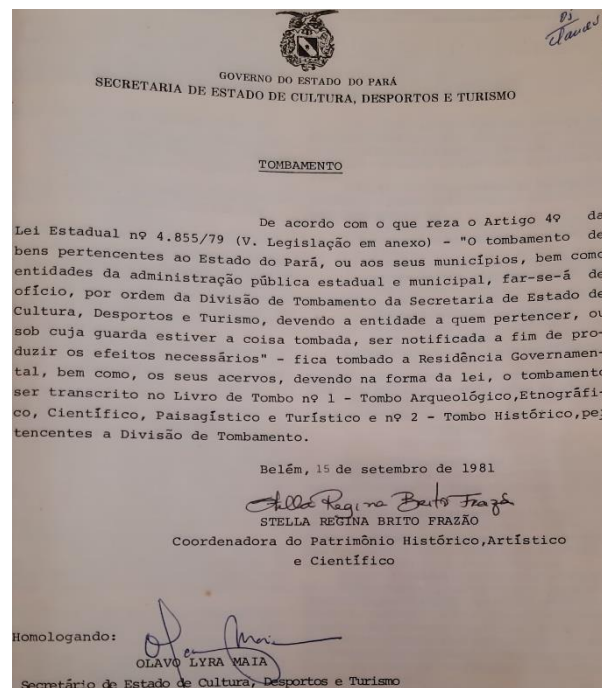
O processo de tombamento do imóvel localizado na Avenida Magalhães Barata, nº 830, foi oficialmente iniciado em 22 de abril de 1981, por solicitação da arquiteta Áurea Helyette Ramos Nicolau da Costa, acompanhada de outros quatro arquitetos e um engenheiro civil. A iniciativa, vinda de profissionais da área técnica, demonstra a existência de um olhar sensível à preservação do patrimônio urbano por parte de especialistas comprometidos com a valorização da memória arquitetônica da cidade, independentemente de uma atuação institucional direta. Conforme se observa nas Imagens 2 e 3, as páginas referentes ao pedido e a homologação do tombamento identificam o imóvel como “palacete governamental”, evidenciando desde o início sua associação a memória política e institucional do Estado.

Imagem 2: Pedido de tombamento do palacete



Fonte: (DPHAC, 1981)

Imagem 3: Homologação do tombamento



Fonte: (DPHAC, 1981)

Os argumentos apresentados destacam o valor histórico do edifício por ter funcionado como residência oficial dos governadores do Pará, além de suas qualidades formais, por ter sido construído no início do século XX e possuir linhas de estilo francês, além de um jardim que abrigava o pavilhão Frederico Rhossard. O tombamento foi homologado em 15 de setembro de 1981, com parecer técnico emitido pela equipe de arquitetos e um engenheiro civil, que embasaram a decisão com base nos atributos simbólicos e arquitetônicos do imóvel,

validados por meio de pesquisa histórica e bibliográfica feita pelos mesmos. A análise feita no processo revela que o reconhecimento do valor patrimonial do bem não esteve ligado a sua origem ou função inicial (residência da família Pombo), mas sim a valorização posterior atribuída por agentes culturais e institucionais. Nessa perspectiva, o tombamento da antiga residência governamental pode ser interpretado a partir do conceito de “monumento por atribuição” desenvolvido por Françoise Choay (2001), segundo o qual determinados edifícios se tornam monumentos não por terem sido concebidos como tal, mas por terem sido posteriormente eleitos como suportes da memória coletiva. O caso do Parque da Residência (que não possuía essa denominação durante o processo) exemplifica esse gesto de atribuição simbólica, em que um espaço associado ao poder político e à arquitetura de prestígio, é elevado a condição de patrimônio urbano digno de preservação.

Apesar do reconhecimento formal do imóvel como patrimônio estadual, oficializado em 1981 por meio do tombamento analisado e representado na imagem 3, o antigo palacete permaneceu por anos em estado de abandono. A proteção legal, embora importante, não foi imediatamente acompanhada de uma política pública efetiva de valorização e uso cultural do espaço. Foi apenas na segunda metade da década de 1990, já sob uma nova orientação política e urbanística, que a edificação passou a ser incorporada a um conjunto mais amplo de ações voltadas à requalificação do centro histórico de Belém. Essas ações integraram o chamado projeto “Novo Pará”⁷, concebido durante o governo de Almir Gabriel (1995-2003), cuja proposta era articular patrimônio, turismo e cultura como vetores de revitalização urbana. Compreender os objetivos e princípios desse projeto é essencial para analisar a nova função atribuída ao “Parque da Residência” nesse período.

O projeto Novo Pará, desenvolvido durante o governo de Almir Gabriel, constituiu uma ampla intervenção simbólica e material no espaço urbano de Belém, com o objetivo de reposicionar a imagem da capital por meio da valorização do patrimônio histórico e da cultura. Conforme analisa Miranda (2006), tratava-se de uma política cultural conduzida sob forte centralidade do secretário de cultura Paulo Chaves Fernandes, que articulava a recuperação de espaços simbólicos da cidade à criação de uma nova narrativa modernizadora do Estado. Por meio da restauração e requalificação de bens como o Complexo Feliz Lusitânia, o Theatro da Paz, o Mangal das Garças, a Estação das Docas e o Parque da Residência, o projeto promovia

⁷ O Novo Pará foi um projeto de restauração dos monumentos simbólicos da cidade de Belém, como o Complexo Feliz Lusitânia, porém, apesar de utilizar o discurso de valorização da cultura e identidade paraense, o Parque da Residência valorizou a estética europeia em Belém, memorizando, sobretudo, a cultura elitista dos séculos XIX e XX, no final dos anos 90.

uma encenação visual da tradição e da história como estratégia de produção de memória e atração turística. No entanto, essa apropriação do patrimônio não esteve isenta de contradições, pois: Miranda (2006) aponta que o Novo Pará operava sobre um modelo de cidade idealizada, selecionando o que preservar e quem incluir nos processos de requalificação. Assim, o projeto revela tanto a potência da política cultural como ferramenta de transformação urbana, quanto suas limitações em lidar com as complexidades sociais dos territórios historicamente ocupados.

A escolha da antiga residência dos governadores para integrar o projeto Novo Pará não se deu de forma aleatória, mas dialoga diretamente com o reconhecimento simbólico já presente no processo de tombamento realizado em 1981. Como analisado anteriormente, o imóvel foi protegido legalmente por seu valor arquitetônico, histórico e por sua associação com a memória do poder político estadual, sendo descrito no processo como “palacete governamental”. Esse valor simbólico, construído a partir de uma narrativa de prestígio e monumentalidade, foi reutilizado estrategicamente durante o projeto Novo Pará como base para a requalificação do espaço. Ao selecionar imóveis já consagrados pela memória oficial, como o Complexo Feliz Lusitânia e o próprio “Parque da Residência”, o governo do Estado reforçou uma política de valorização seletiva do patrimônio, conforme observa Miranda (2006). O que, no tombamento, servia como argumento para a preservação, passou a ser reinterpretado como justificativa para a transformação funcional do bem, de símbolo do poder estatal a equipamento público voltado a cultura. A articulação entre os dois momentos evidencia como o patrimônio pode ser ressignificado segundo os interesses institucionais, incorporando narrativas anteriores a novos projetos de representação urbana.

As intervenções urbanas realizadas em Belém na década de 1990, como parte desse projeto do governo, podem ser compreendidas como respostas às demandas contemporâneas por uma nova imagem da cidade, mais atrativa ao turismo e ao consumo simbólico. Conforme analisam Júnior e Azevedo (2012), as políticas de revitalização da área central da capital paraense não tinham apenas a função de conservar o patrimônio edificado, mas visavam transformar esses espaços em vitrines culturais capazes de atender as exigências do turismo e de valorizar elementos selecionados da identidade local. A reconfiguração do Parque da Residência, nesse contexto, não se limitou à preservação de um antigo palacete governamental: representou uma atualização estratégica de seu uso e de sua aparência. Sua conversão em parque público cultural integrou um conjunto mais amplo de ações voltadas a criação de um novo circuito urbano do qual também fizeram parte a Estação das Docas, o Mangal das Garças e o Complexo Feliz Lusitânia, orientado à inserção de Belém nas rotas do turismo cultural. A

imagem projetada pela política patrimonial do Novo Pará privilegiava uma cidade histórica, ordenada e esteticamente valorizada, ainda que em detrimento de outras experiências sociais e memórias não integradas a narrativa oficial promovida pelo projeto. Essa narrativa oficial, articulada por meio de políticas públicas e discursos institucionais, também se manifestou amplamente nas páginas dos jornais paraenses durante o processo de requalificação do Parque da Residência. As matérias publicadas entre 1995 e 1998 não apenas documentaram as transformações físicas e simbólicas do espaço, como também revelaram as estratégias discursivas adotadas pelo poder público para legitimar o projeto Novo Pará e construir uma nova imagem para a cidade. Para este trabalho, foram analisadas algumas dessas reportagens, que funcionam como fontes históricas relevantes para compreender os sentidos atribuídos ao patrimônio naquele contexto.

Entre as reportagens que marcaram os primeiros anúncios de intervenções culturais em espaços do centro urbano de Belém, destaca-se a matéria publicada pelo jornal *O Liberal*, em 27 de julho de 1995, intitulada “*Galpão vai virar um espaço cultural*”⁸. Retomando a abordagem da seção anterior sobre as expressões do ferro, onde discutimos a história do antigo galpão da Companhia de Gás, atual Teatro Gasômetro, observa-se que o edifício foi doado ao Estado no dia 25 de julho de 1995. A reportagem apresenta o local como um “pedaço da memória da cidade” e destaca a cerimônia de entrega, na qual o então secretário de Cultura, Paulo Chaves Fernandes, afirma que o projeto ainda seria discutido, inclusive quanto ao local definitivo de implantação (Imagem 4).

Imagem 4: Galpão vai virar um espaço cultural



Fonte: Jornal *O Liberal*, 27/07/1995

⁸ GALPÃO VAI VIRAR UM ESPAÇO CULTURAL. *O Liberal*, Belém, 27 jul. 1995. Caderno Cidades, p. 5.

Embora o uso cultural do espaço ainda não estivesse plenamente definido, a linguagem adotada na matéria já revela o enquadramento simbólico do galpão como parte de uma narrativa patrimonial emergente. Essa reinterpretação do valor do edifício, desvinculada de sua função industrial original, remete ao conceito de “monumento por atribuição”, proposto por Choay (2001), no qual o reconhecimento decorre da atribuição de sentido cultural posterior. Tal perspectiva também dialoga com a noção de “arquitetura e narratividade”, desenvolvida por Ricoeur (2016), uma vez que o espaço é apresentado na matéria como um fragmento da memória urbana, cuja materialidade, incluindo os detalhes luxuosos remanescentes de sua função original, permite a reconstrução simbólica de uma temporalidade passada. A matéria não antecipa diretamente ações no Parque da Residência nesse momento, mas já exemplifica uma retórica de revalorização da memória urbana, central à lógica discursiva que fundamentaria as intervenções patrimoniais nos anos seguintes, especialmente no contexto das ações voltadas à requalificação simbólica e funcional de áreas históricas de Belém promovidas pelo projeto Novo Pará.

No dia seguinte à cerimônia de doação do galpão, o jornal *O Liberal* publicou nova matéria, datada de 28 de julho de 1995, com o título “*Gazômetro abriga cultura*”⁹, na qual se aprofunda a história da estrutura metálica da antiga Companhia de Gás, conforme podemos observar na Imagem 5.

Imagem 5: Gasômetro abriga cultura



Fonte: Jornal *O Liberal*, 28/07/1995

⁹ GASÔMETRO ABRIGA CULTURA. *O Liberal*, Belém, 28 jul. 1995. Caderno Dia a Dia, p. 2.

A reportagem remonta a origem do galpão no período do ciclo da borracha, destacando seu papel como infraestrutura urbana estratégica na difusão do gás encanado em Belém. Após décadas de abandono e subutilização, a matéria informa que a Chevrolet (detentora do imóvel) doou o bem ao Estado após pesquisa que confirmou sua origem histórica. A narrativa jornalística reforça o potencial simbólico da estrutura ao anunciar que o galpão, com seus mais de 1200 m², seria desmontado, restaurado e reintegrado à cidade como espaço cultural dedicado a música, teatro e dança, ainda sem local definido. Nesse processo, observa-se a dinâmica da tríplice mimese tal como formulada por Paul Ricoeur (2016): a prefiguração da história do galpão no século XIX é reelaborada (configuração) por meio de seu resgate patrimonial e requalificação cultural, culminando na refiguração de sua função e significado para a cidade contemporânea. Ao propor o resgate da memória do espaço “com o mesmo axé do passado”, nas palavras do secretário Paulo Chaves, a matéria evidencia a tentativa de estabelecer uma continuidade simbólica entre o passado glorioso e o presente revitalizado, projetando o galpão como peça-chave na narrativa urbana promovida pelo projeto Novo Pará.

Embora o antigo galpão da Companhia de Gás tenha rapidamente ganhado destaque como símbolo da nova política cultural do governo, outros imóveis de valor histórico, como o palacete da antiga residência governamental, continuavam fora do foco das ações efetivas de preservação. Tombado desde 1981, o imóvel passou por uma tentativa de reforma em 1992, que acabou paralisada sem conclusão, conforme discutido anteriormente. Essa ausência de continuidade foi posteriormente registrada em matéria publicada em outubro de 1996, ou seja, quatro anos após o início da intervenção abortada, evidenciando o contraste entre os discursos patrimoniais e as práticas institucionais.

A reportagem do jornal O Liberal, publicada em 14 de outubro de 1996, sob o título “*Tempo e abandono minam palacete dos governadores*”¹⁰, denuncia com ironia o estado de abandono da antiga residência oficial dos governadores. Em tom crítico e até um pouco sarcástico, o texto observa que o casarão já não abriga “damas, senhores, reuniões de políticos ou recepções requintadas”, mas sim um cenário de deterioração: móveis empoeirados num porão escuro, devido a falta de energia; um Cadillac esquecido na garagem; um vagão de trem também abandonado; e documentos do governo (cópias e originais) largados em meio ao entulho. A matéria afirma que 90% dos lustres foram retirados do local, que o forro e o reboco

¹⁰ TEMPO E ABANDONO MINAM PALACETE DOS GOVERNADORES. O Liberal, Belém, 14 out. 1996. Caderno Opinião, p. 3. A imagem da matéria não foi inserida neste trabalho devido à baixa legibilidade do jornal consultado, cujos trechos apresentam desgaste visual em razão do tempo. A análise foi realizada a partir das partes legíveis do conteúdo e anotações feitas durante a pesquisa.

estavam destruídos por infiltrações, e que o coreto encontra-se completamente arruinado, enquanto apenas o gazebo, segundo o texto, resistia parcialmente às intempéries. O então secretário de Cultura, Paulo Chaves Fernandes, é citado após uma pergunta em negrito — “**Distribuídos?**” — ao explicar que parte do mobiliário foi transferido para a Granja Icuí, outros permaneciam na própria casa, e outros “parecem ter sido extraviados”. Na parte final, sob o subtítulo “*Histórias do velho casarão não interessam a ninguém*”, a matéria recupera brevemente a trajetória do imóvel, encerrando a notícia.

Esse quadro revela uma contradição evidente entre o reconhecimento legal do bem como patrimônio e a falta de ações concretas para sua preservação, reforçando a fragilidade da política pública em relação à residência na primeira metade da década de 1990. A ausência de manutenção, combinada a dispersão de acervo e ao desinteresse declarado, contrasta fortemente com o esforço simbólico direcionado a outros bens “requalificados” no mesmo período, como o Gasômetro.

No dia seguinte à publicação que denunciava o estado de abandono da antiga residência oficial, uma nova matéria no jornal *O Liberal*, de 15 de outubro de 1996, apresentou um reposicionamento significativo do imóvel no cenário cultural da cidade: o palacete seria restaurado e transformado na sede da Secretaria de Estado de Cultura (Secult), por solicitação direta do governador. Intitulada “*Palacete vai abrigar sede da Secult*”¹¹, a reportagem descreve o projeto como uma intervenção que manteria os traços originais da construção, ao mesmo tempo em que transformaria o espaço em um complexo cultural articulado. Com isso, estavam previstas a recuperação da casa, a alteração de aproximadamente 200 metros da área verde existente no local e a reutilização de estruturas simbólicas, como o gazebo (que seria adaptado para funcionar como restaurante) e o vagão de trem, que passaria a abrigar uma lanchonete ou sorveteria.

O projeto também previa a construção de um anfiteatro descoberto e de um novo espaço cultural nos fundos da residência. A matéria destaca que o futuro parque teria horário de funcionamento definido, pois, segundo o secretário de cultura Paulo Chaves, “não será uma praça pública”. Os arquitetos responsáveis pelos projetos, além de Paulo Chaves Fernandes, foram Jaime Bibas, Sérgio Neves, Rosário Lima e Geórgia Teixeira. A matéria representa, assim, uma virada simbólica e prática no destino do imóvel, sinalizando o alinhamento da intervenção ao projeto Novo Pará e o início da reconfiguração discursiva do palacete como espaço cultural.

¹¹ PALACETE VAI ABRIGAR SEDE DA SECULT. *O Liberal*, Belém, 15 out. 1996. Caderno Opinião, p. 3.

A matéria publicada do dia 14 de outubro de 1996 com um tom irônico, pode refletir uma pressão sobre o poder público destacando o descuido e negligência do mesmo diante o local tombado, porém a matéria do dia seguinte evidência que o discurso do jornal O Liberal não era neutro, pois selecionava o que mostrar e como mostrar. Nesse sentido, as matérias revelam uma mudança significativa em sua abordagem, enquanto inicialmente a matéria do dia 14 de outubro é retratada de forma irônica evidenciando o abandono, no dia 15 de outubro o mesmo espaço é apresentado como um novo objeto de valorização cultural da cidade, e tal mudança de discurso indica uma construção seletiva da narrativa jornalista do período, que privilegiava a legitimação do projeto de restauração em detrimento de uma crítica consistente sobre a manutenção do patrimônio da cidade.

Ainda no mesmo mês, uma nova matéria do jornal O Liberal, publicada em 31 de outubro de 1996 e intitulada “*Estação Gasômetro vai para os fundos da residência oficial*”¹², marcou um avanço importante na consolidação do projeto de requalificação da antiga residência governamental. Conforme observado nas reportagens anteriores, ainda não havia uma definição precisa sobre a nova localização do antigo galpão da Companhia de Gás, mas, nesta publicação, a destinação do espaço é enfim anunciada: o Gasômetro passará a compor os fundos do palacete, integrando o chamado “miniparque urbano” vinculado a futura sede da Secult. Como apresentado na Imagem 6, estão previstos serviços de recuperação da estrutura metálica centenária, com “climatização, colocação de vidraças, iluminação cênica, sonorização especial, mobiliário interno e preparação de camarins”.

¹² ESTAÇÃO GASÔMETRO VAI PARA OS FUNDOS DA RESIDÊNCIA OFICIAL. *O Liberal*, Belém, 31 out. 1996. Caderno Opinião, p. 3.

Imagem 6: Estação Gasômetro vai para os fundos da residência oficial



Fonte: Jornal O Liberal, 31/10/1996

Essas intervenções retomam e complementam o que já havia sido descrito na reportagem do dia 15 de outubro de 1996, onde se previa a criação de um novo espaço cultural na parte posterior do palacete. Com isso, a matéria evidencia a consolidação da antiga residência governamental como um núcleo articulador de equipamentos culturais e simbólicos no contexto do Projeto Novo Pará.

No início de 1997, uma nova matéria do jornal O Liberal, publicada em 3 de janeiro sob o subtítulo "*Secult*"¹³, reforça a consolidação da intervenção cultural no antigo palacete governamental. Depois de meses de anúncios e projeções, a reportagem apresenta o início da materialização do chamado Parque da Residência, inserido como um dos componentes do programa de requalificação do projeto Novo Pará. De acordo com a matéria, o então secretário de Cultura, Paulo Chaves, demonstrava otimismo com a aprovação, pelo Ministério da Cultura, das verbas solicitadas via Pronac, viabilizando uma série de obras de restauração e revitalização no centro histórico de Belém, como o Complexo Feliz Lusitânia e o próprio parque. O texto se refere ao novo espaço como "Parque da Residência Oficial", evidenciando que o espaço começava a ganhar identidade própria dentro da lógica do projeto. A sequência da matéria anterior, de outubro de 1996, que tratava da transformação do palacete em sede da Secult, ganha aqui sua continuidade com o anúncio das obras, reforçando o avanço institucional e político do processo de requalificação patrimonial em Belém.

¹³ SECULT. O Liberal, Belém, 3 jan. 1997. Caderno Cartaz, p. 3.

Pouco tempo após o anúncio das verbas aprovadas para a construção do Parque da Residência, uma nova nota publicada pelo jornal, em 7 de março de 1997¹⁴, reforça o andamento institucional do projeto ao informar que a Secult abriria, em alguns dias, as licitações para a execução das obras. A nota, embora breve, confirma a progressão do cronograma previsto para a implantação do parque e do Gasômetro, e aponta para a formalização dos trâmites administrativos necessários à sua realização. Na matéria anterior, do dia 15 de outubro de 1996, informava-se que a Secretaria de Estado de Obras Públicas estava responsável pela organização das licitações. Conforme essa informação, foram feitas pesquisas na SEOP, no mês de março de 2024, no arquivo de custódia dessa secretaria; porém, após buscas, não foram encontrados arquivos de processo licitatório dessa época, referentes ao parque.

Após a abertura das licitações, as obras de restauração e adaptação do palacete e da área circundante foram iniciadas em 1997, marcando a materialização do projeto anunciado no ano anterior. Conforme os registros da Secult (2000), o palacete teve uma restauração “especial” por ser tombado pelo Patrimônio Histórico e devido ao estado em que se encontrava, após a reforma paralisada em 1992, a casa teve intervenções como: a demolição de um banheiro, construído sobre a fachada lateral do segundo pavimento, a recuperação dos pisos; a restauração dos revestimentos, como os painéis em madeira, os forros, a cobertura e a pintura, que se encontravam deteriorados.

Além das obras de restauração, o imóvel passou por adaptações internas para receber as funções administrativas da Secretaria de Cultura. Esses ajustes, feitos com o cuidado de preservar os traços arquitetônicos originais, permitiram a instalação de salas de trabalho sem descaracterizar o monumento histórico tombado. Um exemplo “simbólico” desse equilíbrio entre preservação e funcionalidade foi o processo de recuperação do gradil externo do palacete, que durante as obras foi descoberto em um depósito da empresa construtora, um antigo brasão do Estado do Pará em ferro fundido, que havia sido retirado do gradil na intervenção anterior. A recomposição da peça, descrita como um “quebra-cabeça” pela Secult (2000), mobilizou pesquisas iconográficas e envolveu profissionais que ajudaram a desvendar a origem do brasão, que originalmente fazia parte do pórtico do Reservatório Paes de Carvalho, demolido em 1965. Após o gradil ter sido transferido para a antiga residência dos governadores, o brasão foi removido em 1992 e fixado na fachada do Palácio Lauro Sodré em 1994, porém o mesmo foi removido, restaurado e reintegrado ao portão do Parque da Residência em 1998.

¹⁴ EM POUCAS LINHAS. O Liberal, Belém, 7 mar. 1997. Caderno Opinião, p. 3.

Como apresentado na seção anterior, no jardim da residência estava presente uma expressão do ferro do período da Belle Époque, o Pavilhão Frederico Rhossard, que passou por restauração e assim como o palacete, houve uma preocupação em manter o seu modelo original, pois, de acordo com a Secretaria de Cultura (2000), o pavilhão estava em avançado estado de deterioração, principalmente o forro em madeira, que foi substituído assim como o piso, porém ambos de acordo com o modelo original para não perder nenhuma característica da peça. Outra expressão do ferro também abordada na seção anterior, foi restaurada em seu traçado original: o antigo Galpão da Companhia de Gás do Pará, que, conforme noticiado no jornal, foi realocado para os fundos da antiga residência dos governadores.

Contudo, o espaço passou a desempenhar um novo papel como centro cultural. Para isso, ele não foi apenas restaurado, como adaptado interna e externamente, sua estrutura em ferro ganhou tratamento antiferruginoso e um anexo construído em alvenaria permitiu a instalação de áreas como camarins, copa e depósitos, viabilizando o uso do espaço como um teatro. Conforme descrito nos registros da Secult (2000), o galpão internamente recebeu novos constituintes necessários a sua nova função: palco, bilheteria, arquibancadas, área de alimentação, sala da administração e da Sociedade Paraense dos Orquidófilos. Essas intervenções no Pavilhão e no Gasômetro evidenciam a ressignificação a que os espaços foram submetidos, bem como o cuidado em preservar o traçado original de ambas estruturas, característico do período da Belle Époque.

Outro elemento arquitetônico também presente no jardim da residência é o Gazebo, construído no final da década de 1980 para abrigar a recepção de casamento da filha do ex-governador Hélio Gueiros. Durante o processo de requalificação do espaço, ele foi restaurado e também adaptado para funcionar como restaurante (Restô do Parque), que serviria as comidas típicas paraense. As intervenções no Gazebo respeitaram parte de sua estrutura original, porém incorporaram novos materiais e adequações, conforme observado nos registros da Secretaria de Cultura (2000) parte da cobertura em madeira foi substituída por elementos metálicos, o corpo da edificação foi aumentado para receber áreas de serviço do restaurante, ademais o piso foi restaurado e o ambiente interno, climatizado.

O antigo vagão de trem da estrada de Bragança, pertencente ao ex-governador Magalhães Barata, foi outro elemento presente no jardim da casa considerado importante para receber uma minuciosa restauração. Adaptado para funcionar como ponto de venda de sorvetes regionais, o vagão passou por intervenções que buscavam preservar sua estrutura original, ao mesmo tempo em que o integrava à nova função de uso no parque, assim como o palacete, o

Gasômetro e o Gazebo. Segundo informações da Secult (2000), os painéis e fechamentos externos em madeira foram recuperados e pintados, o interior do vagão teve os painéis, forros e piso em parquê de madeira restaurados, tudo realizado seguindo os traços originais. A presença do vagão no conjunto paisagístico que estava sendo montado para o novo parque remete a memória ferroviária da nossa região e assim como os elementos supracitados, ao serem reintegrados com novos usos, eles revelam a estratégia do projeto Novo Pará de conciliar a preservação dos bens patrimoniais com sua ressignificação funcional, ao mesmo tempo em que reforçam a memória histórica associada a essas estruturas.

Nesse mesmo contexto de valorização das estruturas presentes no jardim da antiga casa dos governadores, o estacionamento também passou por um processo de restauração. Considerado importante para o processo de requalificação, o espaço foi preservado, entre outros motivos, pela presença dos pilares de sustentação em perfis do tipo “I”, “utilizados em estruturas de pontes e construções durante a Guerra do Vietnã, doados pelo governo americano para o governo do Estado do Pará.” (Secult, 2000, p. 67). Esse aspecto pode ter sido um ponto relevante para sua conservação dentro do contexto do projeto Novo Pará, já que essa estrutura também carrega uma memória associada a um evento histórico de grande repercussão.

Além das estruturas restauradas minuciosamente, o processo de requalificação também incorporou novos elementos no Parque da Residência, como o orquidário, o pórtico e o arranjo paisagístico. Esse último passou a incluir espaços planejados e organizados como a galeria de acesso, a esplanada, o anfiteatro, o bosque e o jardim. Ao mesmo tempo em que esses novos elementos eram inseridos no parque, uma outra estrutura já existente também passou por restauração: a Caixa D'água, que não apenas foi recuperada, mas teve sua forma arquitetônica transformada, como será abordado mais adiante.

Como aponta a Secretaria de Cultura do Estado do Pará (2000), o orquidário foi inserido no parque por meio de uma parceria entre a própria secretaria com a Sociedade Paraense de Orquidófilos, ele foi construído com o intuito de abrigar uma exposição permanente de orquídeas (mais de 500 espécies), e sua localização é de acesso direto pela entrada do parque através da avenida Magalhães Barata, a posição junto à entrada por essa avenida (de grande movimentação) evidencia uma intenção de garantir destaque ao espaço construído. O orquidário nesse contexto pode ser visto não apenas como um acréscimo estético, mas como uma lógica de valorização da natureza inserida em um recinto cultural, esse espaço também pode ser visto como um diálogo entre o antigo e o novo, que representava uma das características do projeto Novo Pará. A partir dessa perspectiva, pode-se compreender com base

na definição de “monumento por atribuição” de Choay (2001), que o orquidário passa a adquirir relevância histórica não por sua antiguidade, mas pelos sentidos culturais que lhes são atribuídos dentro da narrativa do novo parque como, por exemplo, o de ser um espaço de valorização da natureza (exposição das orquídeas).

O pórtico foi criado para o controle de entrada e saída de pedestres e veículos pela Travessa 3 de Maio, sua construção foi composta por estrutura metálica de sustentação, fechamentos em alvenaria, painéis metálicos e com áreas internas para a portaria, lavabo e setor de descarte de lixo. Já “o projeto de paisagismo do Parque da Residência redesenhou os jardins da antiga residência dos governadores, para adequá-los ao novo uso que lhes foi conferido, o de parque público.” (Secult, 2000, p. 87). A intervenção abrangeu uma área de aproximadamente 12000 m² e grande parte já apresentava significativa cobertura vegetal composta por árvores de grande porte e com diversas espécies como mangueiras, jameiros, cássias tento, figueiras, seringueiras, taperebazeiros, cupuaçuzeiros e oitizeiro. Também continha palmáceas de vários tipos como pupunheiras, açazeiros, palmeiras imperiais, palmeiras-leque e areca-bambu.

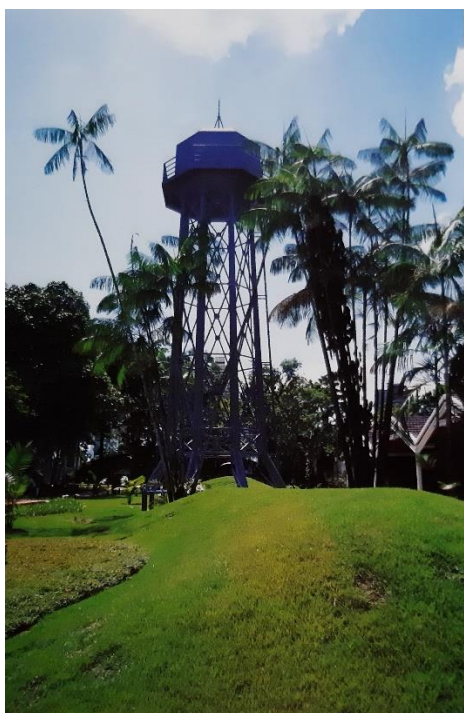
Os cinco compartimentos paisagísticos definidos nesse projeto (galeria de acesso, esplanada, anfiteatro, bosque e jardim) foram determinantes para a compartimentação da área verde reconfigurada. Cada setor foi planejado para atuar na conformação simbólica e funcional do parque como um lugar de lazer, cultura e memória. A galeria de acesso localizada na entrada (pórtico) pela travessa Três de Maio, cumpre o papel de ponte entre o ambiente urbano e o interior do parque. Foram introduzidos nesse espaço bancos em arcos em um conjunto de palmeiras já existentes no jardim (palmeiras imponentes), como descrito pela Secult (2000), os biombos metálicos aplicados nos muros laterais seriam para antecipar a “linguagem dos elementos” do parque, ou seja, estabelecer uma coerência estética e material com os demais elementos como o gasômetro, o coreto, o orquidário e a caixa d'água, todos com estrutura de ferro.

Em seguida, a esplanada funciona como um setor de distribuição de fluxos, organizando o acesso ao anfiteatro e os jardins. O anfiteatro, por sua vez, encontra-se em frente ao gasômetro rodeado de árvores e palmáceas isoladas. Já o bosque, é um setor fortemente arborizado que promove um ambiente de contemplação as copas das árvores, e com isso foram adicionados bancos estrategicamente posicionados juntos às árvores e o antigo vagão de trem restaurado, oferecendo momentos de pausa e apreciação do ambiente paisagístico. Por fim, há o jardim, que reúne elementos como gazebo, o coreto, a caixa d'água e a residência, ele foi organizado a

partir de subsetores que articulam os elementos arquitetônicos e áreas abertas. Nesse contexto, “dois subsetores foram considerados no tratamento paisagístico que privilegiou grandes planos gramados com conjuntos de palmáceas para marcação espacial” (Secult, 2000, p. 87), o que contribuiu para reforçar visualmente os eixos de circulação e permanência. O primeiro setor localiza-se entre o gazebo e o estacionamento, e abriga a caixa d'água, ele “foi tratado como um grande tapete de grama envolvido por bordadura de plantas baixas e pontuado pelos açaizeiros existentes.” (Secult, 2000, p. 87). O segundo setor localiza-se em torno do gazebo e do coreto, e assim como o bosque recebeu o vagão de trem, este recebeu o orquidário e a praça das águas, como aponta Secretaria de Cultura (2000), o orquidário foi implantado em frente ao coreto, formando uma pequena praça que daria uma continuidade visual, por isso a escolha da estrutura em ferro para o orquidário, para ser similar à do pavilhão. Já a Praça das águas apresenta um ambiente de apreciação, com um conjunto de cascatas, espelho d'água e jardineiras junto ao muro. Durante esse processo de requalificação os pisos de todo o parque foram feitos com pedra portuguesa, tendo a galeria de acesso e o eixo de circulação principal (segundo setor do jardim) recebido desenhos com a temática indígena.

Além dos elementos paisagísticos mencionados, a caixa d'água representa um componente funcional e que também foi encontrada nos jardins da antiga residência. Inicialmente sua estrutura era em concreto e conforme apontam os registros da Secretaria de Cultura do Estado (2000), o volume d'água não era suficiente para suprir as demandas do novo complexo e sua arquitetura não se harmonizava com os elementos que a circundavam. Com isso, no processo de restauração do parque, foi projetado um novo modelo de caixa d'água com um “desenho contemporâneo”, em estrutura metálica e com inspirações nas antigas caixas d'água de Belém, para integrá-la as edificações existentes. Um exemplo de modelo que pode ter servido de inspiração para o novo desenho da caixa d'água é o reservatório Paes de Carvalho. Como se observa nas imagens 7 e 8, que apresentam a estrutura construída da nova caixa d'água e o antigo reservatório, há uma certa semelhança quanto a estrutura de ambos, o que pode ser visto como um modelo de inspiração, uma vez que a restauração buscava realçar a estética em ferro, típica do início do século XX, nos elementos arquitetônicos incorporados ao novo parque.

Imagem 7: Caixa D'água



Fonte: Secult, 2000

Imagem 8: Reservatório Paes de Carvalho



Fonte: Secult, 2000

Outro símbolo da antiga residência governamental que foi reinserido no novo espaço de lazer é o Cadillac, o automóvel de luxo que conduziu os governadores do estado nas solenidades oficiais. O Cadillac foi encontrado na garagem da residência em 1997, durante os primeiros levantamentos do projeto de restauração, apresentando um avançado estado de deterioração, sobretudo causado pela ação de cupins. No decorrer das obras do novo parque a Secult (2000, p. 45), afirmou que após encontrado:

O automóvel foi então transportado para São Paulo — onde existem oficinas especializadas na restauração de automóveis antigos — passando por um minucioso trabalho, com aquisição de peças importadas dos Estados Unidos, e reintegração de acordo com o original de capota, forração, estofamento, lanternagem, pintura, cromagem etc. (Secult, 2000, p. 45).

Assim, após passar por um processo de restauração minucioso que buscou manter suas características originais, o Cadillac foi integrado ao novo parque ficando exposto no interior do Teatro Gasômetro para a visitação do público. Considerando o conjunto das intervenções realizadas, o processo de restauração e requalificação do Parque da Residência, promovido no âmbito do projeto Novo Pará, ultrapassou o caráter técnico e assumiu uma dimensão simbólica. A requalificação do espaço não apenas restaurou estruturalmente os elementos arquitetônicos e paisagísticos, como também reinterpretou seus significados inserindo-os em uma nova narrativa de imagem e cultura da cidade de Belém construída pelo Estado nos anos finais da década de 1990.

Como aponta Miranda (2006), a política cultural do governo de Almir Gabriel buscou construir uma imagem de um Pará renovado, para além da modernização da infraestrutura, utilizando principalmente a ideia da valorização da cultura paraense. A autora ainda afirma que:

Na perspectiva do secretário de cultura Paulo Chaves, idealizador do projeto em questão, Belém é uma cidade que vive um processo de decadência de suas qualidades urbanísticas, embora encare de modo positivo as obras que realizou durante o governo de Almir Gabriel. Belém vive então um "Renascimento Cultural" na perspectiva de sua elite intelectual, devido às intervenções realizadas desde o início do governo de Almir Gabriel. (Miranda, 2006, p. 230).

Considerando os elementos restaurados no Parque da Residência como o palacete governamental, o portão principal, o antigo galpão da companhia de gás, o pavilhão de ferro, o gazebo e o vagão de trem, é possível analisar o processo de requalificação a partir do conceito de tríplice mimese proposto por Paul Ricoeur (2016). A mimese I, como abordado inicialmente, está associada ao conjunto de tradições, valores simbólicos e usos originais que esses elementos representavam em seus contextos de origem, como a Belle Époque, o ciclo da borracha e a elite governamental paraense. Já a mimese II, refere-se a forma como tais elementos foram organizados dentro da nova estrutura do parque, mantendo os traços originais em projetos de restauração minuciosos e ao mesmo tempo sendo articulados em um novo discurso oficial e narrativo. Por fim, a mimese III, diz respeito ao modo como a sociedade interpreta e ressignifica esses bens no presente, agora integrados ao novo uso público e cultural. A manutenção de suas características arquitetônicas dialoga com uma narrativa patrimonial que, mesmo inserida em um novo parque urbanístico, busca reforçar o elo entre o passado e o presente, uma escolha intencional da política cultural da época, que visava criar esse “renascimento cultural”¹⁵ com base na valorização da memória arquitetônica e urbana.

Sob a perspectiva de Françoise Choay (2001), o monumento histórico não é apenas um legado preservado/herdado do passado, mas o resultado de um processo seletivo de atribuição de valores culturais, históricos e estéticos. No caso do parque da residência, tal processo é evidente desde o seu tombamento, e ao recuperar cuidadosamente elementos que foram, em sua origem, marcadores de distinção da elite social e política, como também os inserir em um novo contexto de uso coletivo, ou seja, o governo estadual produziu um “monumento por atribuição”. Ao deixar de ser uma residência oficial dos governadores e tornar-se um espaço

¹⁵ O termo “Renascimento Cultural” em Belém nesse contexto está ligado ao movimento de valorização dos espaços simbólicos da cidade por meio da restauração de prédios históricos para usos culturais como o Theatro da Paz, Teatro Gasômetro, Parque da Residência e dentre outros espaços da cidade, com o propósito de promover a identidade e a cultura belenense a partir de sua inserção nas rotas do turismo cultural.

público, o parque passou a integrar a memória coletiva da cidade, transformando o que antes era um espaço reservado à elite em um local de acesso público, permeado por novos significados. Essa transição simboliza não apenas uma mudança de uso, mas a criação de um novo lugar de memória, que simultaneamente resgata o passado da cidade de Belém (através da restauração) e constrói novas experiências (com os elementos inseridos como orquidário e o projeto de paisagismo). A estratégia patrimonial adotada no projeto Novo Pará, portanto, não apenas celebrou a história urbana de Belém, mas a reconstruiu em moldes contemporâneos, reforçando a ideia de patrimônio como construção social e cultural para além de contribuir com a inserção da imagem da cidade nas rotas turísticas, por meio dessa valorização simbólica da cultura local.

Finalizado todo o processo de restauração e requalificação do parque da residência, observa-se a partir das pesquisas realizadas, uma clara preocupação do governo e do veículo jornalístico em divulgar amplamente as ações promovidas no âmbito do projeto Novo Pará. Como vimos anteriormente, desde 1995 a imprensa local (jornal O Liberal) já veiculava reportagens sobre as etapas de transformação do espaço, incluindo o palacete e o gasômetro. Essa sequência se conclui em 1998, com a matéria da inauguração oficial do novo parque, marcada por um discurso que reforça tanto o êxito da intervenção quanto a inserção simbólica do recinto na paisagem cultural de Belém.

Em matéria publicada no jornal O Liberal, no dia 21 de setembro de 1998 com o título “*Um palco nobre para as artes*”¹⁶, como se pode ver na imagem 9, desde o título é possível perceber a intenção de construir uma imagem cultural para o novo parque.

¹⁶ UM PALCO NOBRE PARA AS ARTES. *O Liberal*, Belém, 21 set. 1998. Caderno Cartaz, p. 1.

Imagem 9: Um palco nobre para as artes

Um palco nobre para as artes

A SECULT REINAUTRA HOJE O PARQUE DA RESIDÊNCIA E ESTÇÃO GASÔMETRO, QUE ABRIGARÁ VÁRIAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS

Depois de um processo de restauração que durou cerca de três anos, a Secretaria de Estado de Cultura inaugura hoje, às 18 horas, o Parque da Residência e Estação Gasômetro, no prédio que serviu de residência oficial para os governadores por sessenta anos.

O projeto de restauração recuperou as linhas originais do prédio e peças de decoração, e redefiniu o espaço do parque em onze áreas culturais ao redor do palacete, que passará a abrigar a sede da Secult. O complexo ficará aberto à visitação pública às segundas, de 9 às 23h30 e de terça a domingo, das 9 às 23 horas, com entrada pela Trés-de-Maia.

O primeiro ambiente do Parque fica junto à entrada pela avenida Magalhães Barata e é o orquidário. Espécies da flora pan-amazônica foram cultivadas em canteiros da "Trés-de-Maia" e o espaço da Associação dos Orquidófilos do Pará especialmente para o parque. Bem ao lado fica o pavilhão Fernando Rhossard, que servirá a apresentações de bandas de música, a lançamentos de livros e outros eventos.

Seguindo em frente, há a Praça das Águas, ornada por uma fonte e chafariz e que abriga o Canto do Paratinga, uma homenagem ao escritor e compositor Ruy Barata em estátua criada pelo arquiteto Luiz Fernando Pessoa.

O parque contará com quatro espaços gastronômicos. O primeiro é o Restô do Parque, que funcionará para almoço e jantar. Na Praça do Trem, um antigo vagão da estrada de ferro Belém-Bragança fará as vezes de sorveteria, com sabores locais.

Ainda há a Subestação dos Frios, que terá pratos típicos da culinária paraense, e o Café da Luz.

Dois espaços foram reservados para espetáculos: o anfiteatro da Praça do Trem e a Estação Gasômetro. A estrutura de ferro inglesa que servia ao abastecimento de gás da cidade na virada do século pertence à Importadora de Ferragens, que a levou ao conhecimento do secretário de cultura, Paulo Chaves. Uma extensa pesquisa histórica foi feita antes do galpão ser recuperado e adaptado para ser transformado em teatro, com capacidade para 400 pessoas. Cortando o parque, a Alameda das Icarabiabas deixa ver desenhos indígenas.

RECUPERADO - Vista do prédio que reinaugura hoje e servirá de palco para os artistas

PROGRAMAÇÃO DE HOJE

- Coreto - às 18h30, apresentação de música popular paraense, flamenca e clássica com o violonista Salomão Habib e o Santa Maria Trio.
- Anfiteatro - às 19h40, apresentação do flautista Yuri Guedes e do bailarino Jaime Amaral.
- Gasômetro - "Bonecos em Revista", animação de bonecos com grupo Usina de Animação, e Andréia Peixeiro
- Grupo de Choro, às 20 horas.
- Sorveteria Vagão - às 19 horas, "A Lenda da Vitorinéria", teatro de lambe-lambe com o Grupo Usina de Animação.
- Canto do Paratinga - às 19 horas, performance "Está Vivo", com Ely Iglesias.
- Alameda - às 19h20, performance "Homenzinho Azul", com Cláudio Barros.

Fonte: Jornal O Liberal, 22/09/1998

A matéria ocupa a primeira página do jornal, o que reforça a importância atribuída à inauguração do novo espaço público, a reportagem também apresenta um panorama de como certos elementos foram transformados, como o palacete, o orquidário, a praça das águas, o restaurante (gazebo), o vagão de trem, entre outras áreas do recinto. O subtítulo da matéria “*Recuperado: Vista do prédio que reinaugura hoje e servirá de palco para os artistas*”, reforça o discurso da requalificação como recuperação patrimonial e, ao mesmo tempo, de inserção do parque no circuito cultural da cidade. Abaixo, é apresentada a programação cultural prevista para o dia da inauguração, evidenciando a dimensão simbólica do evento e sua função como vitrine de um discurso político-cultural do governo de Almir Gabriel, que, como discutido buscava consolidar uma imagem de modernização e valorização da cultura paraense.

Na linguagem utilizada pela matéria, é possível perceber o impacto simbólico que o projeto Novo Pará buscava imprimir nas reformas que realizava. A consolidação de uma imagem moderna e culturalmente valorizada do Pará era um elemento crucial para inserir a imagem de Belém nas rotas turísticas, e a linguagem da reportagem reforça esse discurso ao apresentar o parque da residência como um espaço já inserido na memória coletiva da cidade. Esse enquadramento dialoga diretamente com o conceito de “monumento por atribuição”,

proposto por Choay (2001), uma vez que o parque é apresentado como um novo palco onde se encontra a cultura paraense, ou seja, é também o ponto de encontro entre o passado e o presente. A preservação dos elementos históricos, aliada aos novos significados e narrativas atribuídas ao espaço, revela um processo de ressignificação coerente com a refiguração de Ricoeur (2016), no momento em que a sociedade assimila e reescreve os sentidos da obra arquitetônica a partir de sua inauguração.

Retomando as reflexões desenvolvidas nas seções iniciais deste trabalho, que tratam das transformações do Museu do Louvre e do Museu do Estado do Pará, a ressignificação de edifícios históricos revela-se como um fenômeno recorrente nos processos de transformação de antigos espaços de poder. No caso do Louvre, ele foi criado inicialmente para defender a França de invasões, e após isso foi sendo modificado para ser a moradia de reis tornando-se um castelo e, logo depois, gradativamente transformou-se em museu. De forma análoga, o atual Museu do Estado do Pará foi construído para ser a residência dos governadores da então Capitania do Grão-Pará e que, com o passar do tempo, foi se adaptando a cada governo e a cada período que a cidade de Belém enfrentava como, por exemplo, a transição do período Imperial para o período Republicano. Posteriormente, o edifício foi restaurado, buscando seu traçado original e recuperando algumas de suas características, tornando-se de certa forma, um monumento de resgate histórico e de identidade cultural da cidade.

Assim como aconteceu com o parque da residência, que também se consolidou como monumento ao buscar recuperar partes do passado da cidade por meio da restauração de elementos de diferentes períodos históricos, ele passou então a representar o diálogo entre o passado e o presente. A partir do conceito de “monumento por atribuição” (Choay, 2001), observa-se que esses elementos restaurados adquiriram valor simbólico não apenas por sua antiguidade, mas pela atribuição de novos significados no contexto da valorização cultural promovida pelo Estado, sendo integrados a memória coletiva da sociedade paraense. Assim, transformar antigos espaços de poder, como as residências governamentais, em áreas de memória e cultura revela que o patrimônio não apenas é herdado do passado, mas também reinterpretado no presente, sem apagar sua história de poder, porém ressignificando-a conforme os novos usos.

A tabela 1 apresentada permite visualizar, de forma direta e didática, os efeitos do processo de requalificação do Parque da Residência, ao colocar lado a lado o tempo de origem de cada elemento e sua nova função atribuída no espaço entre 1995 a 1998. Essa composição ilustra claramente o diálogo entre o passado e o presente (onde se pode observar, através do

conceito de mimese III), isto é, da maneira como a sociedade reinscreve sentidos ao que já existia, reinterpretando a história considerando as necessidades contemporâneas.

Tabela 1 – Intervenções no Parque da Residência

Elemento	Ano/Período de Origem	Função no Novo Parque	Tipo de Intervenção
Palacete governamental	Séculos XIX–XX	Sede da Secult	Restauração
Pavilhão Frederico Rhossard	1909	Monumento de memória	Restauração
Gasômetro	1864	Teatro Gasômetro	Restauração
Cadillac	1956	Exposição permanente	Restauração
Gazebo	1980	Restaurante (Restô do Parque)	Restauração
Vagão de Trem	1945	Sorveteria/Lanchonete	Restauração
Pórtico	1997	Controle de entrada e saída	Inserção
Caixa d'água	1997	Elemento estético e funcional	Inserção
Orquidário	1997	Exposição permanente de orquídeas	Inserção
Anfiteatro	1997	Espaço cultural e de apreciação artística	Inserção
Conjunto paisagístico	1997	Espaços de lazer e contemplação	Inserção
Estacionamento	1959–1975	Estacionamento público	Restauração

Fonte: A autora

Os anos de origem dos elementos restaurados remetem ao seu passado (mimese I), a nova função atribuída representa a organização simbólica do presente (mimese II), e a justaposição desses dados na tabela representa justamente o terceiro estágio da mimese, ou seja, o momento em que se refigura o espaço e ele adquire novos significados.

A requalificação do Parque revela, portanto, uma estratégia clara de valorização da memória histórica ao mesmo tempo em que adapta o espaço as exigências culturais, estéticas e turísticas do presente. Nesse sentido, a tabela cumpre a função de sintetizar esse movimento de resgate e renovação, demonstrando como a história material da cidade é mobilizada para a construção de novas narrativas urbanas.

6. Considerações finais

O processo de transformação do Parque da Residência entre os anos de 1995 e 1998 mostra-se relevante não apenas por seu valor histórico e arquitetônico, mas sobretudo por revelar os caminhos e as escolhas que compõem a política patrimonial do Estado. A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi guiada pela pergunta: Qual é a importância histórica e patrimonial do processo de transformação do Parque da Residência em Belém no contexto de sua requalificação como espaço público entre 1995 e 1998?

A partir dessa questão, buscou-se analisar esse processo em sua totalidade, desde o tombamento do palacete governamental, em 1981, passando pelas matérias do jornal *O Liberal* que documentaram o abandono, a restauração e, por fim, sua inauguração como espaço cultural e de lazer. Durante a investigação observou-se que essa transformação representou não apenas um gesto de preservação da memória, mas também uma construção simbólica do presente. A restauração de elementos como o palacete, o gasômetro, o pavilhão e outros componentes, evidenciou a intenção de manter viva a narrativa do passado da cidade e reafirmar marcos de sua história.

Entretanto, ao se adotar uma postura crítica, percebe-se que os espaços escolhidos para o processo de restauração e requalificação não foram neutros. O Parque da Residência ocupava originalmente uma área pertencente à família Pombo, parte da elite belenense, e posteriormente tornou-se residência oficial dos governadores, condição que como consta no processo de tombamento, foi considerada “relevante” para justificar a sua preservação. Assim como o Museu do Louvre e o Museu do Estado do Pará, o Parque da Residência foi um espaço ressignificado que, em seu passado, representou símbolos de poder e exclusividade.

A escolha do Parque da Residência como um dos pontos do projeto Novo Pará ao lado do Complexo Feliz Lusitânia, Estação das Docas, Teatro da Paz e outros, em detrimento de espaços populares ou menos prestigiados, revela a permanência de uma lógica seletiva na constituição do patrimônio urbano. O Complexo Feliz Lusitânia, por exemplo, reforça a memória da colonização portuguesa na cidade de Belém. Como argumenta Choay (2001), os monumentos não são apenas heranças do passado, mas criações do presente, com escolhas que refletem valores culturais, estéticos e políticos de quem os atribui. Ao privilegiar antigos espaços de poder como objetos de investimento simbólico material, o Estado reafirma certas memórias em detrimento de outras.

A política patrimonial desenvolvida no governo de Almir Gabriel, com o secretário de cultura Paulo Chaves à frente do projeto Novo Pará, buscou construir uma imagem de

modernização e valorização cultural do Pará, sobretudo em pontos com apelo turístico na capital. Nesse processo, a imagem de Belém passou a ser projetada para as rotas turísticas, ancorada na valorização de elementos históricos que já possuíam uma forte representação simbólica. Em vez de ampliar o campo da memória, essa política acabou por reforçar narrativas dominantes, reconvertendo antigos palácios em “palcos da cultura”, como foi o caso do Parque da Residência.

Transformar residências governamentais em centros culturais pode parecer a primeira vista, um gesto democrático. Contudo, é preciso reconhecer que essa conversão também reafirma uma determinada leitura da história, que embora pretenda ser universal, continua ancorada em espaços antes inacessíveis, marcados por privilégios de classe e por estruturas de poder. A antiga residência dos governadores, o Louvre e o MEP, antes de se tornarem centros culturais, foram espaços privados destinados somente à elite.

Dessa forma, a importância histórica e patrimonial da requalificação do Parque da Residência reside não apenas na conservação de sua materialidade, mas também no que ela revela sobre o próprio conceito de patrimonialização como prática seletiva e instrumento político de construção de identidades e memórias urbanas. Mais do que conservar edifícios, o projeto Novo Pará se revelou como uma estratégia de reconstrução de um passado legitimador, com fins de valorização simbólica, cultural e turística, ainda que em detrimento de uma história urbana mais plural e complexa.

Vale destacar que, ao longo desta pesquisa, o uso de fontes jornalísticas como o jornal *O Liberal*, no período de 1995 a 1998, possibilitou perscrutar com mais detalhes o andamento da requalificação do Parque da Residência. A imprensa local, nesse contexto, exerceu um papel relevante na construção simbólica do projeto, atuando não apenas como veículo informativo, mas também como legitimadora das ações do Estado. A recorrência de matérias (mesmo com algumas dando destaque ao abandono do espaço antes das reformas), em sua maioria, continha um tom celebratório e descritivo, revelando a forma como os meios de comunicação contribuíam para a divulgação da imagem do “Novo Pará”, centrado na valorização de espaços históricos e culturais, estratégicos para a construção da identidade urbana e turística de Belém nesse período. Essa atenção ressalta a relevância de um olhar crítico sobre tais matérias, compreendendo suas intencionalidades e limites.

Do ponto de vista metodológico, é importante ainda refletir sobre os limites das demais fontes históricas utilizadas. Os documentos de tombamento, as plantas arquitetônicas e as fotografias da época foram fundamentais para entender os critérios técnicos e estéticos

adotados nas intervenções no Parque. Contudo, por se tratarem de registros oficiais e institucionais, também refletem a ótica dominante da política patrimonial do período, pois observa-se apenas as perspectivas de profissionais da área técnica e do Estado, deixando de lado outras visões, como a de moradores e outros grupos. Essa limitação nas fontes reforça um cenário em que há uma lógica seletiva na escolha de espaços prestigiados para serem preservados, em detrimento dos mais populares.

A partir do que foi desenvolvido nesta pesquisa, abrem-se possibilidades para futuras investigações que ultrapassem os registros institucionais e oficiais utilizados neste trabalho. Uma dessas possibilidades seria a análise da recepção popular do Parque da Residência após sua inauguração, compreendendo como ele foi apropriado pelos frequentadores ao longo do tempo e de que maneira sua imagem foi incorporada ao cotidiano urbano e turístico da cidade de Belém. Tais estudos poderiam buscar estabelecer um diálogo entre a memória social da população e a memória institucional consolidada nos discursos oficiais, aprofundando a compreensão do Parque como espaço de construção simbólica e como patrimônio vivo. Além disso, pesquisas que explorem narrativas populares, relatos orais e experiências cotidianas poderiam contribuir para uma abordagem mais plural da história urbana da capital paraense, ampliando o olhar sobre os sentidos atribuídos ao espaço público e as políticas patrimoniais.

Portanto, ao perscrutar a transformação ocorrida na antiga casa do governador, buscou-se compreender os sentidos históricos, simbólicos e políticos atribuídos ao espaço no contexto das políticas de patrimônio promovidas durante o governo de Almir Gabriel, entre os anos de 1995 a 1998. Ao articular conceitos como arquitetura e narratividade, monumento histórico e monumento por atribuição, foi possível evidenciar como a história urbana é constantemente reconstruída por meio de escolhas seletivas que refletem interesses estatais e valores culturais dominantes. Assim, conclui-se que o caso do Parque da Residência revela não apenas um processo de preservação de uma arquitetura antiga, mas uma estratégia de produção de memória e identidade no espaço urbano, objetivo central do projeto Novo Pará. Tal escolha não foi neutra: ao priorizar a requalificação de um espaço vinculado ao poder político e à elite econômica paraense, a política patrimonial reforçou uma memória oficial hegemônica, em detrimento de outras vivências urbanas e populares. Compreender essas dinâmicas de transformação é fundamental para refletir criticamente sobre as formas pelas quais o passado é narrado e apropriado no presente, especialmente em cidades marcadas por disputas simbólicas, como Belém.

7. Referências

ALBUQUERQUE, Vivian Larissa Monteiro. Patrimonialização e valorização do espaço urbano da avenida Nazaré, em Belém-PA. 2021.

BAHIA, Carmosina Maria Calliari. Uma análise etnográfica na memória e cotidiano na Avenida Governador Magalhães Barata-Belém/Pará. 2015.

BARRA, Ana Carolina Regis. Fragmentos de sonho: a arquitetura de ferro em Belém. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 9-28, 2003.

BRAGA, Cristiane; GAROTTI, Gustavo; CORTEZE, Késia; FREIRIA, Thaís. **O Grande Louvre**. Revista Louvre, 2009.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História**, v. 17, 1998.

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, p. 24-38, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora Unesp, 2001.

CORDEIRO, Rony Helder Nogueira. **Caracterização do Espaço Construído Através da Técnica: Um Estudo Sobre A Antiga Residência do Intendente Antônio José de Lemos Em Belém do Pará**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

COSTA, Dayseane Ferraz da et al. Além da pedra e cal: a (re) construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 2000-2004). 2007.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio material, Patrimônio imaterial: dois momentos da construção da noção de Patrimônio histórico no Brasil. **Patrimônio cultural**. 2012.

DUARTE, Valquíria Guimarães. A narratividade e o campo da arquitetura: a perspectiva de Paul Ricoeur e Walter Benjamin. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 152.01, Vitrivus, fev. 2013.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e; PESSOA, Ana. Sobre o império e a honra: a decoração e o uso do antigo Palácio dos Governadores do Pará ao tempo de Augusto Montenegro (1901-1908). **Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores. 1ed. Porto: Editora da Universidade Católica do Porto**, p. 235-254, 2018.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. 2012.

JÚNIOR, Antônio Carlos Ribeiro Araújo; DE AZEVEDO, Adriane Karina Amin. Formação da cidade de Belém (PA): área central e seu papel histórico e geográfico. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 2, p. 151-168, 2012.

KAMEL, Tales Albuquerque. Preservação de ornatos arquitetônicos em argamassa e pintura em jardins históricos: o caso da praça da republica. 2016.

LEÃO, Andrey Manoel de Leão. Museus e colonialidade: uma análise da exposição de longa duração do Museu do Estado do Pará. **Dissertação (Mestrado em Planejamento do desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará**. Belém, 2021.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. **Seminário Serviços de Informação em Museus**, p. 91-103, 2016.

MARINS, PAULO CÉSAR GARCEZ; SCHPUN, MÔNICA RAISA. Museus no Brasil: impasses do passado, desafios para o futuro. Introdução do dossiê “1822-2022: museus e memória da nação”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 30, p. d1e51, 2022.

MCCLELLAN, Andrew. Musée du Louvre, Paris: Palácio do povo, arte para todos. **Os primeiros museus modernos de arte. O nascimento de uma instituição na Europa do século XVIII e início do século XIX**, Los Angeles, Paul Getty Museum , p. 235-257, 2012.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém. 2006.

MURTINHO, Vítor. Louvre: um museu com história (Parte 1). **Metálica**, n. 50, p. 18-24, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, Marie-Inès. O grande Louvre. **Revista de história da arte e arqueologia**, 1994.

PALÁCIOS, Flávia Olegário; DE OLIVEIRA, Mário Mendonça; SANJAD, Thais Alessandra Bastos Caminha. A trajetória da arquitetura de ferro em Belém (PA, Brasil): do apogeu ao desaparecimento dos edifícios inteiramente metálicos da Belle Époque. **Revista Angelus Novus**, n. 20, p. 1-31, 2024.

PARÁ, Secretaria de Estado de Cultura (SECULT). Parque da Residência e Estação Gasômetro. Belém: SECULT, 2000.

PESSOA, Ana; NUNES, Márcia (org.). Casas senhoriais e seus interiores em debate: estudos luso-brasileiros. [recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia história**, v. 27, p. 471-480, 2011.

RICOEUR, Paul. **Arquitetura e narrativa**. Ricoeur Studies/ Ricoeur Studies, v. 7, n. 2, p. 20-30, 2016.

SILVA, Vithória Carvalho da. O palácio dos governadores sob anacronias e traduções: percepções etnovisuais e vivências no antigo Palácio de Landi restaurado por la Rocque. 2021.